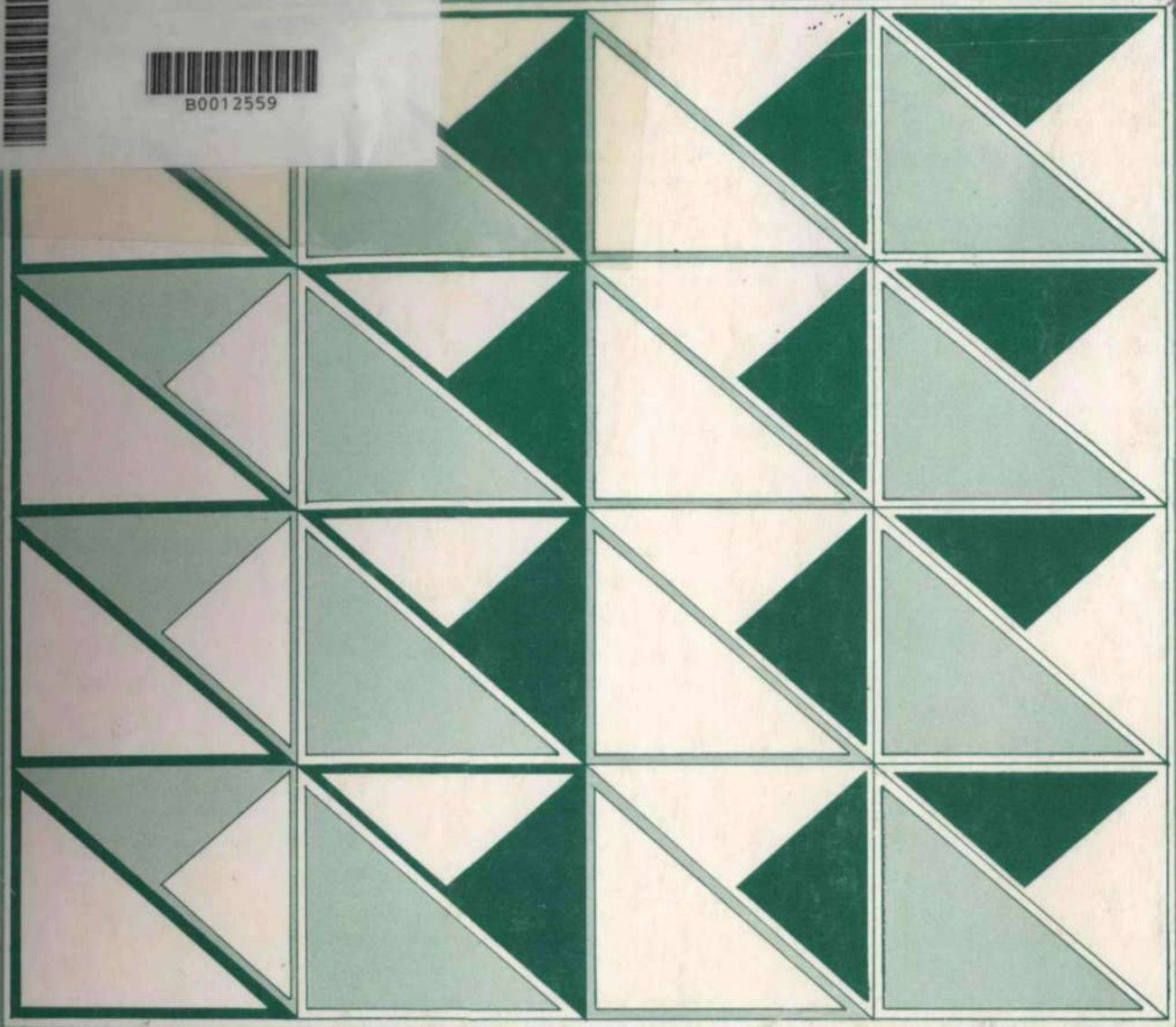


MEC / INEP  
SIBE - CIBEC

CIBEC/INEP



B0012559



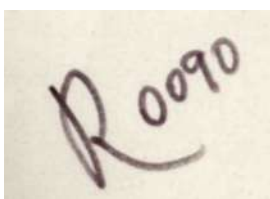
# **XXI SESSÃO DA CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO**

V. 1

Participação do MEC  
BELGRADO - 22/9 a 28/10 de 1980

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO . . . . .	1
Considerações gerais sobre as realizações na área de educação no meio rural — Brasil. . . . .	2
UNIDADE II. . . . .	8
Objetivo 5.1 — Políticas e planejamento da educação. . . . .	10
Objetivo 5.2 — Administração da educação. . . . .	11
UNIDADE III. . . . .	13
Objetivo 5.3 — Estruturas educativas. . . . .	14
Objetivo 5.4 — Conteúdos, métodos e técnicas de educação. . . . .	16
Objetivo 10.1 — Serviços e sistemas de informação. . . . .	20
UNIDADE IV. . . . .	21
Objetivo 4.4 — Ensino geral de ciência e tecnologia. . . . .	22
Objetivo 5.8 — Promover o ensino técnico e profissional. . . . .	23
Objetivo 7.7 — Educação e informação relativas ao meio ambiente. . . . .	24
UNIDADE V. . . . .	25
Objetivo 5.5 — Formação de pessoal de educação. . . . .	26
Objetivo 5.7 — Função do ensino superior na sociedade. . . . .	26
UNIDADE VI. . . . .	28
Objetivo 5.6 — Educação de adultos. . . . .	29
Objetivo 5.9 — Luta contra o analfabetismo. . . . .	30
Objetivo 6.A — Desenvolvimento rural integrado. . . . .	32
UNIDADE XXI. . . . .	33
Objetivo 3.5 — Participação na vida cultural. . . . .	34
Objetivo 3.6 - Criatividade artística e cultural. . . . .	37
Objetivo 10.1 — Serviços e sistemas de informação (ver unidade III à pág. 20)	
UNIDADE XXII. . . . .	39
Objetivo 7.6 — Conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural. . . . .	40
ANEXOS	
1 - III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - 1980/1985.	
2 — Subsídios para o planejamento da educação no meio rural.	
3 — Relatório dos programas de educação no meio rural e nas periferias urbanas (PRODASEC e PRONASEC).	
4 — Comentários preliminares sobre o plano a médio prazo — 84/89.	



## APRESENTAÇÃO

Este documento foi elaborado para servir de subsídio à Delegação Brasileira junto a XXI Sessão da Conferência Geral da UNESCO a se realizar em Belgrado, no período de 22 de setembro a 28 de outubro.

Foi estruturado por unidade, de acordo com a ordem do dia dos trabalhos a serem desenvolvidos durante a Conferência, nas Comissões de Educação e Cultura.

A sua elaboração foi coordenada pela Secretaria de Planejamento da Secretaria-Geral e teve a participação dos Órgãos do MEC cujas ações estão relacionadas com os temas a serem debatidos.

Brasília, setembro de 1980

JOÃO GUILHERME DE ARAGAO  
Secretário-Geral  
MEC

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REALIZAÇÕES  
NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL - BRASIL

## CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS REALIZAÇÕES NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL - BRASIL

### I — Antecedentes

O meio rural, nos países em desenvolvimento, da América Latina, Ásia e África, tem merecido por parte dos Governos atenção especial por deter uma população que, por seus níveis de baixa renda, apresenta condições de vida bastante precárias. Programas de variada natureza têm sido desenvolvidos, todos eles visando ao desenvolvimento do meio rural.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/1979), no conjunto de objetivos e diretrizes da ação governamental, já estabelecia as bases para programas específicos no meio rural, no sentido de criar as condições necessárias para o seu desenvolvimento social e econômico.

Esse desenvolvimento, resultante da conjugação de esforços dos diversos setores atuantes, deveria acarretar profundas transformações no meio rural.

Uma das preocupações relevantes do Ministério da Educação e Cultura, evidenciada na "Política Nacional Integrada da Educação", era a educação nas áreas rurais, que exigia da parte de planejadores e administradores da educação uma atitude toda própria em face das reais necessidades das comunidades, bem como maior participação das mesmas no esforço educacional.

A política educacional de atendimento às áreas rurais vinha se efetivando de várias formas, dentre as quais se destacam: a elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau; a realização de programas de alfabetização e de educação continuada; a construção e instalação de estabelecimentos de ensino agropecuário; a capacitação de professores leigos; o apoio técnico e financeiro às instituições que atuam nesse meio; os programas de extensão universitária visando à aproximação entre a universidade e sua realidade regional; os programas de alimentação escolar; a distribuição de material escolar; a realização de estudos e pesquisas sobre a educação no meio rural.

Outra forma de atendimento ao meio rural vinha ocorrendo através do Projeto de Assistência ao Ensino Municipal — PROMUNICÍPIO — sob a coordenação nacional do Departamento de Ensino Fundamental. Este Projeto baseia-se nos princípios de descentralização da administração da educação quanto ao ensino de 1º grau, de estímulo à ação local como agente de mobilização da comunidade no equacionamento de problemas de ordem educacional, dentro do contexto sócio-econômico.

O Programa de Assistência Técnica — componente do Segundo Acordo Educacional MEC/BIRD — para os Estados do Norte e Nordeste — também previa, dentre suas metas, o assessoramento aos estados participantes do referido Acordo na formulação de políticas, planos e programas para o desenvolvimento integrado das áreas rurais.

Nesse quadro de prioridades conferidas à educação no meio rural e tendo em vista maior articulação e aprofundamento das ações em curso, em janeiro do ano de 1977, foi constituído um Grupo Especial, interdepartamental, sob a coordenação da Secretaria-Geral/CODEPLAN, para proceder a estudos e realizar atividades a fim de subsidiar a formulação de diretrizes para educação nas áreas rurais, bem como fundamentar a política de ação integrada do MEC junto às unidades da federação e órgãos governamentais.

Em trabalho conjunto com o pessoal técnico do CNRH/SEPLAN e com peritos do PNUD — Projeto BRA/70/550, várias atividades foram desenvolvidas pelo Grupo Especial, destacando-se, dentre outras: análise de experiências inovadoras de educação no meio rural; análise institucional de programas de desenvolvimento rural, a níveis federal e regional; estudo das estratégias adotadas pelas Secretarias de Educação do Norte e Nordeste e caracterização da problemática da educação no meio rural dessas regiões.

Com a preocupação de reforçar os estados do Norte e Nordeste em seus programas de aperfeiçoamento de recursos humanos, numa primeira etapa, foram realizados dois cursos de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais.

O I Curso teve lugar no Estado do Rio Grande do Norte, Natal — Caicó, no período de 13 de setembro a 20 de outubro de 1976, contando com a participação de técnicos das Secretarias de Educação dos Estados do Norte e Nordeste e de agências governamentais, de outros setores da atividade econômico-social nos níveis federal, regional e estadual, num total de 34 participantes.

Como produto final do curso, além da capacitação de recursos humanos, cabe destacar o documento "Metodologia de Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais" — MEC/SEG/UNESCO e a "Proposta Preliminar de um Plano Educacional para a Zona Rural da Região do Seridó 1978/1988" - MEC/SEG/UNESCO (2 volumes).

O II Curso foi realizado no Estado de Pernambuco, Garanhuns, no período de 29 de agosto a 30 de setembro de 1977, com um total de 38 participantes das Secretarias de Educação dos Estados do Norte e Nordeste e de agências governamentais, de outros setores da atividade econômico-social nos níveis federal, regional e estadual.

O produto final, a nível de trabalho prático, foi o documento "Proposta Preliminar de um Plano Educacional para a Microrregião do Agreste Meridional de Pernambuco— 1978/1982"- MEC/SEG/UNESCO.

A elaboração de uma proposta de Plano para as Regiões do Seridó e do Agreste Meridional teve como objetivo, por um lado, treinar técnicos da área de educação e de outros setores, na aplicação de uma metodologia de planejamento e administração da educação para as áreas rurais que contemple uma análise intersectorial em contato permanente com a realidade rural da Região-Programa.

Por outro lado, oferecer às autoridades federais, estaduais, regionais e locais alternativas de solução para o planejamento e administração da educação para as áreas rurais, de modo a que este setor intervenha no processo de desenvolvimento integrado, o que significa a melhoria das condições de vida das populações rurais.

Os cursos tiveram os seguintes objetivos:

## 1. Gerais

- 1.1 — Capacitar recursos humanos para o planejamento e administração da educação no desenvolvimento integrado de áreas rurais.
- 1.2 - Promover uma reflexão conjunta com os demais setores que atuam no meio rural para dimensionar o papel da educação nesse meio.

## 2. Específicos

- 2.1 — Identificar a função do componente educação no desenvolvimento de áreas rurais, assim como as inovações metodológicas introduzidas no setor educacional.
- 2.2 — Desenvolver metodologias, técnicas e instrumentos para o planejamento e administração da educação no desenvolvimento integrado de áreas rurais.
- 2.3 — Elaborar uma programação de educação considerando os diferentes tipos e modalidades de ensino, em função das necessidades de uma zona rural específica.
- 2.4 — Promover a participação de autoridades, representantes dos diversos setores e da comunidade, no processo de programação e, especialmente, no estabelecimento de estratégias para sua implantação.
- 2.5 - Apresentar sugestões para a aplicação ulterior da abordagem e da metodologia utilizadas em outras regiões do País.

Esta iniciativa resultou da programação conjunta do MEC com o CNRH/SEPLAN e a UNESCO/PNUD e a colaboração de outros órgãos federais, regionais e locais.

Baseados no conhecimento dos problemas, nos estudos realizados e na certeza do papel que a educação deve desempenhar no meio rural, como instrumento a serviço do homem e de seu desenvolvimento, o Grupo Especial elaborou, dentre outros, um documento contendo Subsídios para o Desenvolvimento e Planejamento da Educação no Meio Rural.<sup>1</sup>

Este documento contém algumas referências conceituais e princípios básicos para o desenvolvimento da educação no meio rural. É uma tentativa de resposta a questões, como: a quem se destina a educação, sua finalidade e como deve se estruturar o sistema educacional para atender às comunidades rurais.

Apresenta, também, medidas a serem tomadas, tipos de natureza dos programas que podem ser desenvolvidos e recomendações de ações de caráter geral e específico necessários para adequar e dinamizar o processo educacional nas áreas rurais.

O antigo Departamento de Ensino Fundamental, na busca de uma maior concretização de estratégias para o ensino de 1º grau no meio rural, estabeleceu política e diretrizes de ação para subsidiar os estados na elaboração de programas relativos a este nível de ensino.<sup>2</sup>

Atendendo, ainda, aos termos da Portaria Ministerial foram mantidos os contatos iniciais com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD —, tendo em vista um eventual Acordo de Empréstimo (1979/83) para a Educação no Meio Rural. Os trabalhos foram desenvolvidos com o apoio da Secretaria-Geral, dos departamentos e órgãos do MEC, bem como das Secretarias de Educação dos Estados da Região Nordeste.

Em novembro de 1978 a Secretaria-Geral coordenou, com a colaboração da UNESCO, a Reunião Técnica sobre Metodologia de Planejamento da Educação para o desenvolvimento integrado de áreas rurais, reunindo técnicos latino-americanos e de outros países visando a consolidar a nível regional uma metodologia de planejamento para a educação no meio rural.

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. SEG/DEPARTAMENTOS - CNRH/IPEA - PNUD/UNESCO. *Subsídios para o desenvolvimento e planejamento da educação nas áreas rurais*. Brasília, mar. 1978.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Ensino Fundamental. *Educação para o meio rural. Ensino de 1º grau. Política e diretrizes de ação*. Brasília, 1978. Versão preliminar.

O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos para o período 1980/1985 deu maior ênfase à educação no meio rural não somente colocando-a como linha prioritária, como também destinando recursos específicos para seu desenvolvimento.

As diretrizes básicas que orientam as ações educacionais no meio rural são:

- 1 — A expansão da matrícula principalmente nas quatro primeiras séries do ensino de 1º. grau, tendo em vista ampliar atendimento à população de 7 a 14 anos no meio rural. Esta expansão não necessariamente precisa repetir a estrutura e funcionamento até o momento adotado, mas dever-se-á buscar uma diversificação das oportunidades de educação. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deverão intensificar suas ações neste área, uma vez que as taxas de matrículas mais baixas se verificam nessas regiões.
- 2 — A adequação da oferta de serviços educacionais às necessidades e possibilidades do meio rural. Esta adequação implica uma abordagem mais realista dos diversos componentes educacionais como rede física, currículo, material de ensino, recursos humanos, bem como a melhoria dos métodos e técnicas de ensino.
- 3 — A expansão e diversificação da educação supletiva de caráter não-formal, implicando esta expansão a desformalização e diversificação dos processos de atendimento, explorando as funções de suprimento e qualificação do ensino supletivo até hoje não suficientemente exploradas.

A expansão e diversificação deverão ter como suporte um envolvimento cada vez maior da comunidade, bem como o desenvolvimento de tecnologias apropriadas às características dos adultos.

Tendo em vista a integração entre o ensino formal e não-formal é necessário estabelecer normas e mecanismos de validação e reconhecimento de estudos.

- 4 — A manutenção e ampliação da oferta de alimentação e material escolar para os alunos do 1º grau, bem como a expansão do atendimento médico, sob várias formas, aos alunos carentes, considerando que as altas taxas de evasão e repetência decorrem mais de condições de bem-estar dos alunos do que de problemas estritamente educacionais.
- 5 — A integração das ações educacionais com o setor produção, saúde, nutrição, emprego, etc, uma vez que a educação por si só não vai resolver os problemas educacionais. Esta integração poderá se processar através do currículo da diversificação das formas de atendimento ao estudante, da vinculação da atividade educacional com atividades produtivas, etc.
- 6 — Incentivo à participação da comunidade na identificação, decisão e condução de programas educacionais, cuidando-se para que esta participação não se restrinja apenas à consulta sem maiores conseqüências ou apenas à utilização de espaços disponíveis na comunidade.
- 7 — Descentralização da administração da educação como forma de flexibilizar e permitir a adequação da educação às características regionais e locais. A delegação do poder de decisão às estruturas intermediárias do sistema de ensino, o incentivo à participação comunitária e a implantação e dinamização de órgãos municipais de educação são medidas indispensáveis para uma administração descentralizada na área da educação.

## II — Programas em Desenvolvimento

As ações de educação no meio rural estão, em 1980, voltadas para a Região Nordeste, consubstanciadas no "Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste" — III Acordo MEC/BIRD e no "Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural".

Além desses programas, merece destaque o Programa de Assistência aos Municípios — PROMUNICIPIO - com atuação de âmbito nacional, a partir de 1975.

### A. Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste

Previsto para o período 1980/85, este Programa representa a consolidação das propostas elaboradas pelos Estados do Nordeste, com base nas suas características e diretrizes educacionais, abrangendo 248 municípios, que correspondem a 18% do total da Região.

Em termos populacionais, esses municípios contam com 16% da população total e 21 % da população rural dos estados envolvidos, atingindo, aproximadamente, 4.037.000 habitantes do meio rural.

Em relação à população escolarizável e atendida, embora os dados observados em algumas áreas de abrangência do Programa sejam referentes a 1976 e a 1977, e os dados do total dos estados sejam de 1975, pode-se observar maior representatividade nas propostas do Ceará, Sergipe e Piauí, que representam índices de população rural escolarizável e atendida da área do Programa, em relação ao Estado, superiores a 30%.

As taxas de alfabetização observadas nas áreas do Programa são baixas, oscilando entre 55,5% (Sergipe) e 33,6% (Maranhão), verificando-se, ainda, em 4 Estados (Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte) índices inferiores aos observados.

Em função das metas propostas, estima-se que no ensino regular, da 1ª à 4ª série, serão beneficiados anualmente 420 mil alunos pelas ações de melhoria das condições de ensino, paralelamente à criação de 165 mil novas vagas aproximadamente.

O Programa tem por objetivos:

- a melhoria das condições de ensino, ao nível, predominantemente, das quatro primeiras séries de ensino de 1º grau, a partir da adequação curricular e dos materiais de ensino-aprendizagem às peculiaridades do meio rural e, paralelamente, da preparação dos recursos humanos, da implementação de serviços de supervisão pedagógica e da dinamização das ações de apoio ao educando;

- a expansão e melhoria da rede física, de forma a reduzir o déficit de escolarização, a oferecer extensão da escolaridade, atingindo, no mínimo, a 4ª série do ensino de 1º grau, bem como a concorrer para a reorganização administrativa da rede escolar instalada, ampliação dos serviços de educação não-formal e para a integração escola-comunidade;

- o fortalecimento do processo de planejamento e administração da educação, a níveis federal, estadual e municipal, no sentido de assegurar a implantação e implementação do Programa e a continuidade do processo de expansão e melhoria da educação no meio rural.

Tendo em vista o alcance desses objetivos, o Programa, basicamente, se caracteriza:

- pela busca da integração das atividades educacionais em desenvolvimento nas áreas rurais e destas com as atividades desenvolvidas por outros setores, tais como: alimentação, saúde, agricultura, comunicação, cultura e outros, visando à concentração de esforços e à racionalização no uso dos recursos disponíveis para o alcance de objetivos comuns;

- pelo estímulo à inovação dos conteúdos e formas de organizar e estruturar as atividades educacionais, do ponto de vista pedagógico e administrativo, das estratégias e das necessidades e dos interesses das comunidades;

- pelo respeito à diversidade de proposições dos estados, fundamentadas nas realidades específicas de cada um.

As ações propostas pelos estados foram agrupadas, em virtude de sua natureza e de seus objetivos, em duas áreas que se inter-relacionam e se intercomplementam, que são: ensino de 1º grau, abrangendo currículo, materiais de ensino-aprendizagem, recursos humanos, expansão e melhoria da rede física e apoio ao educando; planejamento e administração, que inclui reforço às estruturas existentes, a níveis estadual e municipal, criação de órgãos municipais de educação e assistência técnica e financeira aos municípios.

Na programação dos nove estados para 1980 estão arroladas ações de:

- construção, ampliação e equipamento de salas de aula, de recuperação de prédios escolares;
- elaboração de diretrizes curriculares, incluindo produção, experimentação e distribuição de materiais de ensino-aprendizagem, tanto para o aluno (cadernos de exercício e livro-texto) quanto para o professor (manuais e outros);

- estudos e avaliação, abrangendo elaboração do cadastro da rede física e caracterização sócio-econômica e cultural, que irão subsidiar ações de construção, montagem das propostas curriculares e elaboração de materiais didáticos e o planejamento, de modo geral;

- atualização, aperfeiçoamento e qualificação de professores e supervisores dos órgãos municipais de educação e treinamento das equipes das Secretarias de Educação envolvidas na execução do Programa;

- criação e ou revitalização dos órgãos municipais de educação, o que implica: construção, reforço às equipes, assistência técnico-pedagógica, administrativa e financeira;

- intensificação e ampliação da merenda escolar, prevendo-se, para tal, apoio logístico que assegure regularidade na distribuição da merenda. Ainda: material escolar para o aluno e de apoio didático ao professor.

Sob coordenação geral da SEPS, o Programa aplicará, em 1980, recursos no valor aproximado de 500 milhões de cruzeiros.

## B. Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural.

Contando com apoio interministerial do MEC e dos Ministérios do Interior e da Agricultura, este Programa, de âmbito nacional, tem por objetivos: expandir e diversificar o atendimento à população na faixa de 0 a 6 anos; proporcionar oportunidades de educação básica combinada com a preparação para o trabalho e expandir a educação não-formal para adolescentes e adultos. Para tanto, o Programa atuará em três direções: educação-integração, que propõe a integração do educando na comunidade social; educação-produção, abrangendo projetos, cujas ações conduzam ao aperfeiçoamento das formas de produção; e educação-cultura, somando esforços para o desenvolvimento cultural local.

Em 1980, as ações do Programa estão concentradas na Região Nordeste, constando basicamente de: implantação de escolas-fazenda; fortalecimento de escolas agrotécnicas; desenvolvimento de colônias de pesca, com implantação de escolas de pesca, de profissionalização na orla marítima; produção de vídeo-cassete e de material para reprodução (de TVE), no sentido de fortalecer os projetos de alfabetização. Além dessas, figuram ações de: revitalização de experiências já existentes nos estados (Projeto "João de Barro", por exemplo); suplementação salarial de professores, correspondente a um salário mínimo regional; implantação de órgãos municipais de educação; produção de materiais de ensino-aprendizagem; capacitação de recursos humanos para atender ao órgão central (SE/Estado), aos órgãos regionais e municipais de ensino; fortalecimento das ações do PROMUNICÍPIO no que diz respeito ao sistema de coordenação e de supervisão à estrutura organizacional.

O Programa desenvolverá um conjunto de ações voltadas para: a formação de cooperativas de artesanato; a promoção de concursos públicos literários; a construção de quadras de esporte; a aquisição de instrumentos musicais; o reforço ao sistema de TVE dos estados.

Na programação, relacionada acima, em termos gerais, serão aplicados recursos no valor aproximado de 825.445 milhões de cruzeiros.

A Coordenação do Programa está sob a responsabilidade de um Grupo Executivo Nacional, junto à Secretaria-Geral.

### C. Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal — PROMUNICÍPIO.

Este Projeto, com ações desencadeadas a partir de 1975, propõe-se a contribuir no fortalecimento da articulação Estado/Município, tendo em vista a melhoria do ensino municipal; o aperfeiçoamento das atividades de administração municipal relacionadas ao planejamento e execução de programas e projetos de ensino de 1º. grau, à preparação de recursos humanos, à melhoria e ampliação da rede municipal; o apoio técnico e financeiro.

A estratégia básica é o fortalecimento de infra-estrutura apropriada nas SEs/estados, no sentido de favorecer um processo contínuo de assistência técnica aos municípios.

Com atuação em todas as unidades da Federação (exceto São Paulo), o Projeto, sob coordenação da SEPS, já atendeu em 1979 a 1.355 municípios. Em termos da Região Nordeste, estão sendo atendidos, em 1980, 853 municípios, com recursos em torno de 228.642 milhões de cruzeiros.

Dentro da perspectiva de convergência de ações para atendimento à linha prioritária nacional — educação no meio rural — os órgãos do MEC estão delineando sua programação, na sua área de competência.

Assim é que a SESU, através das dezesseis universidades da Região Nordeste, apresenta, como possibilidades, o desenvolvimento de ações direcionadas para: instauração de um processo de pesquisa aplicada sobre educação no meio rural, que ofereça subsídios a políticas e à elaboração de material didático-pedagógico; o treinamento de supervisores e professores; a elaboração de textos que possam constituir a biblioteca no meio rural; a criação de condições para que o estudante de licenciatura seja agente da educação no meio rural, sendo semelhante atividade contabilizada como crédito de graduação. Ainda: a previsão de estágios de medicina, enfermagem, nutrição, o que irá contribuir na melhoria dos padrões de saúde da população rural; a difusão de tecnologias ao pequeno agricultor, mediante a execução de programas de extensão e o treinamento de recursos humanos.

As experiências com programas radiofônicos seriam outro campo de ação das universidades. Os departamentos de Sociologia e de Antropologia poderiam voltar seus programas de pesquisa para o homem rural. Assim o faríamos departamentos de Letras, realizando pesquisas sobre o universo vocabular das populações rurais.

A SEAC propõe-se a atuar no sentido de tornar a escola e a ação pedagógica ajustadas às peculiaridades locais e no desenvolvimento cultural local, que, além de dinamizar os traços culturais, deverá agir como forma de educação comunitária. Para tanto, prevê a utilização dos Núcleos Estaduais e Regionais e/ou o Projeto de Interiorização das Ações Culturais.

A SEED prevê, para 1980, a implantação de parques — "Esporte para Todos", em todo o território nacional; a implementação de atividades físicas de lazer; a construção de quadras polivalentes e a construção de instalações desportivas diversificadas em cada escola técnica rural.

A SEAT propõe sua participação na elaboração de currículos, de materiais de ensino-aprendizagem, no treinamento de professores e supervisores municipais.

A Secretaria-Geral, através da SEPLAN, coordenará a elaboração do Programa Plurianual de Educação no Meio Rural, a fim de assegurar a convergência e integração das ações dos diferentes órgãos e programas, dentro da sistemática de programação aprovada pelo Senhor Ministro, em marco/1980.

UNIDADE

OBJETIVO 5.1 - POLÍTICAS E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO 5.2 -- ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

## CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS OBJETIVOS 5.1 E 5.2

Os objetivos em questão referem-se às políticas e planejamento da educação (5.1) e à administração da educação (5.2), estando, portanto, intimamente relacionados.

O exame dos temas e atividades propostos pelo Documento evidencia uma preocupação de melhoria da administração dos sistemas educativos, seja na formulação de políticas e na elaboração de planos, seja na administração propriamente dita. Observou-se, ainda, uma ênfase no aspecto da construção escolar.

É importante ressaltar que a expressão espanhola "planificación" está sendo entendida como planejamento, buscando relacioná-la ao processo de planejar, que não se esgota na formulação de políticas e na elaboração de planos.

As atividades propostas pela UNESCO referem-se a conferências internacionais e regionais, reuniões técnicas, estudos e pesquisas, formação de especialistas e cooperação técnica internacional e regional. Em que pese a importância dessas atividades, a experiência brasileira em planejamento tem mostrado a necessidade de uma participação a mais ampla possível, do beneficiário na formulação e execução de políticas e planos. O Brasil manifesta seu apoio à realização das atividades propostas, mas ao mesmo tempo expressa sua preocupação com a ênfase conferida pelo Documento à linha institucional, em detrimento da linha comunitária. As experiências latino-americanas e a brasileira, em particular, têm mostrado que os problemas da educação, tecnicamente discutidos e equacionados, persistem e desafiam os planejadores e administradores educacionais ao longo de décadas. A literatura recente sobre política e planejamento da educação tem evidenciado a relação contraditória entre expansão dos sistemas educativos e concentração de renda, ou, em outras palavras, a distância entre a política econômica e a política social, da qual a educação é um dos setores.

Nessa perspectiva, a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto — 1980/1985 representou um início de alteração no processo de planejamento do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. O MEC, através de sua Secretaria-Geral, buscou subsídios para a política nacional de educação, cultura e desporto através de um encontro nacional com participação dos secretários de Educação e Cultura e assessores de Planejamento de todas as unidades federadas. Dando continuidade ao processo de descentralização do planejamento foram realizados encontros regionais com a participação das secretarias e conselhos de Educação, Cultura e Desportos, das universidades federais, das delegacias de Ensino, das superintendências regionais de Desenvolvimento e de outros órgãos envolvidos em atividades afins para a indicação de prioridades e estratégias de ação nacionais e regionais.

Reconhece-se que a participação ficou restrita à linha institucional, ainda que o envolvimento e comprometimento das comunidades locais seja meta a ser perseguida conforme expressa o III PSECD. Tal diretriz parte da constatação de que a educação e seu planejamento ganham sentido e consequência no espaço social.

Acreditando que refletindo sobre educação a sociedade se educa, o MEC/Brasil propõe-se a descentralizar a concepção e a condução da política educacional, cultural e desportiva, com poucas diretrizes centrais e com maior empenho em facilitar — através da cooperação técnica e financeira — o desenvolvimento dos sistemas regionais e locais.

É nesse sentido que, embora apoiando as atividades propostas pelo Documento, o Brasil solicita especial atenção para a abordagem participativa do planejamento, buscando diminuir a distância entre quem pensa e quem faz, entre quem coordena e quem executa.

A participação brasileira nas atividades propostas se fará na ótica de uma política social em que a educação se compromete a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo no meio rural e nas periferias urbanas, onde se concentram os maiores focos de pobreza.

O MEC recomenda que o "estudo sobre as políticas de educação a longo prazo" confira prioridade às dimensões culturais ligadas à identificação nacional, tanto no plano material como no espiritual e no tecnológico, reconhecendo no desenvolvimento cultural o espaço próprio da educação.

Quanto à formação de pessoal — planejadores, administradores e especialistas em construções escolares —, ressalta-se a importância de privilegiar soluções locais, solicitando-se especial atenção para a formação de quadros técnicos a níveis regional e local, através da cooperação técnica entre os Estados-Membros da UNESCO.

Quanto a estudos e pesquisas, o MEC manifesta sua preocupação no sentido de que não se transformem em um fim em si mesmos. No aspecto relativo ao financiamento da educação, solicita-se especial atenção para os estudos sobre os custos de manutenção dos sistemas educativos, tendo em vista que as agências financiadoras internacionais e regionais vêm privilegiando a expansão dos sistemas, sem o necessário respaldo quanto à continuidade dos programas com recursos próprios.

Quanto ao objetivo "administração da educação", o MEC manifesta seu total apoio às atividades propostas, considerando que a "cristalização" administrativa compromete o processo de descentralização e de participação. A grande questão parece ser como administrar com ênfase na criatividade, em detrimento da rotina, se a administração, por sua natureza, está relacionada ao controle?

O MEC recomenda que as atividades propostas tanto no objetivo 5.1. como no 5.2. sejam desenvolvidas de forma integrada, de modo a evitar duplicação e/ou fracionamento.

A formação do planejador, do administrador, do especialista não deverá se fazer desvinculada da prática pedagógica para que a especialização não se transforme em "especialismo", impedindo a visão de totalidade e a capacidade de questionamento e crítica. A formação de pessoal é condição necessária, porém insuficiente para resolver os problemas educacionais, e a experiência tem mostrado que técnicos de alto nível formulam políticas e planos também de alto nível, sofisticando e padronizando soluções desvinculadas da realidade em que se quer intervir.

## **OBJETIVO 5.1 - POLÍTICAS E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO**

Tema 5.1 '01 - Contribuir para que os Estados-Membros formulem e apliquem políticas e planos de educação com vistas à democratização e renovação da educação

### Atividade 1 — Conferência Internacional da Educação

Como os demais Estados-Membros, o Brasil está conferindo importância à realização da XXXVIII Conferência Internacional de Educação, a ser realizada em 1981. O MEC constituiu grupo-tarefa para examinar as grandes tendências e demais fatores intervenientes na evolução da educação até o ano 2000. Os resultados deste trabalho serão apresentados na Conferência Internacional. Em relação ao tema "Interação entre educação e trabalho produtivo", o MEC recomenda que o intercâmbio entre os Estados-Membros se faça a partir de experiências concretas, desenvolvidas ou em andamento, de forma a fortalecer a necessária integração entre a prática e a teoria.

Atividade 5 — Reunião sobre as necessidades e a ordem de prioridade em matéria de educação dos países menos adiantados

Os temas educação rural e educação nas periferias urbanas revestem-se de especial interesse para o Brasil, tendo em vista que a atual proposta educacional brasileira inclui, dentre suas metas prioritárias, o desenvolvimento da educação comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, conforme diretrizes contidas no III Plano Setorial. É importante atentar para o fato de que a situação de pobreza (que tem no campo e nas periferias urbanas seus maiores bolsões) encontra-se mais estreitamente vinculada ao problema da oferta de empregos e distribuição de renda que propriamente às oportunidades educacionais. Reconhece-se, portanto, que o desenvolvimento de uma política educacional voltada para a pobreza pouca eficácia terá se não for devidamente respaldada por uma política geradora de empregos e de distribuição de renda, as quais, por sua vez, são dependentes de outros aspectos, tais como política salarial, nível de investimento na produção e nível tecnológico utilizado, entre outros.

No que se refere ao tópico sobre analfabetismo, vale ressaltar que a preocupação com este problema tem sua gênese no processo de industrialização do País; a partir daí, começam a surgir iniciativas voltadas para o problema da alfabetização; entre elas o MOBREAL, a nível institucional, lançou-se na tarefa de erradicação do analfabetismo, através de uma atuação de massa. Após cerca de dez anos de atuação, o MOBREAL depara-se com um quadro ainda caracterizado por alto índice de analfabetismo, bem como de significativa incidência de regressão de aprendizagem. Atualmente, o MOBREAL amplia sua atuação para além das fronteiras da pura alfabetização, voltando-se para as atividades de desenvolvimento comunitário, que tem, naturalmente, a alfabetização como de um de seus componentes.

### Atividade 6 — Estudos sobre políticas de educação a longo prazo

Os temas contidos neste item, em que pesem a sua importância para o quadro educacional brasileiro, não constituem, na verdade, "novidades" em termos de literatura educacional. Caberia lembrar que o tratamento desses temas tem sua validade calcada mais na objetividade conferida aos mesmos, tendo-se em vista as reais necessidades dos Países-Membros. O MEC reafirma a necessidade de que tais estudos confiram prioridade às dimensões culturais dos Estados-Membros, de modo a fortalecer a cultura nacional, seja no plano material, seja no plano espiritual.

Tema 5.1/02 - Cooperar com os Estados-Membros, em particular para formar pessoal capacitado para avaliar e renovar seus sistemas de educação, em particular nos países menos adiantados e em benefício dos grupos menos favorecidos

Atividade 1 — Cooperação técnica com os Estados-Membros em matéria de planeamento da educação e de construções escolares

O MEC reconhece a cooperação técnica como uma ação de extrema eficácia, seja para fortalecer o planeamento da educação como um todo, seja no aspecto específico de construções escolares (ver recomendações do CEBRACE, no tema 5.2/03, desta unidade).

O Brasil espera contar com apoio técnico e financeiro para definição e elaboração de projetos com vistas a contribuir com os esforços nacionais de fortalecimento do planeamento da educação e formação de pessoal nacional, em diversos níveis. Nesse sentido, convém seja também incentivada a cooperação técnica entre os Estados-Membros.

Atividade 2 — Formação de planejadores e administradores da educação e de especialistas em construções escolares a níveis nacional, regional e internacional

O Brasil deseja a cooperação técnica e financeira da UNESCO para a organização, administração e execução de cursos de formação, especialmente cursos intensivos destinados aos responsáveis pelo planeamento, administração de escolas a nível local, conferindo prioridade às regiões menos adiantadas e aos grupos menos privilegiados.

O Brasil reafirma a importância do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo IPE, esperando intensificar sua participação tanto nas atividades de formação e aperfeiçoamento de pessoal como nas atividades de pesquisa.

Tema 5.1/04 — Fomentar a cooperação internacional e regional para o desenvolvimento da educação e contribuir para a mobilização de recursos

Atividade 1 — Programa de cooperação com o Banco Mundial

Enfatiza-se a importância da realização de estudos analíticos com vistas a determinar as áreas prioritárias que possam receber financiamento externo. Recomenda-se, no entanto, que tais estudos sejam desenvolvidos por equipes locais com a cooperação da UNESCO.

## OBJETIVO 5.2 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Tema 5.2/01 — Contribuir com os esforços dos Estados-Membros para empreender uma reflexão crítica sobre seus serviços de administração da educação e para sua conseqüente renovação

Atividade 1 — Estudos, investigações e intercâmbios de informação sobre a administração da educação

1. O MEC tem particular interesse em intensificar os estudos, pesquisas e intercâmbio de informação na área da administração da educação. Merece destaque a cooperação técnica entre o IPE e os Estados de Pernambuco, Bahia e Paraná no desenvolvimento do Projeto "Estudo de Custo do Ensino de 1ª e 2ª Graus". O Ministério da Educação e Cultura pretende expandir esses estudos em outros estados brasileiros, especificamente aqueles localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste. Tais estudos respondem à prioridade de alocação e captação de recursos expressa pelo III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto — 1980/1985.

2. O MEC confere central importância à publicação de descritores e do *thesaurus* sobre administração da educação, sobretudo no que se refere à construção escolar.

Os *thesauri* disponíveis atualmente, e que vêm sendo utilizados pelo CEBRACE, no Brasil, não satisfazem à área de construção escolar, sendo oportuno enriquecê-los e levar em conta o Sistema Educacional Brasileiro. Poder-se-ia, por outro lado, a partir desses *thesauri*, e sem conflitar com a terminologia já utilizada, sugerir-se que se pensasse na elaboração de um *thesaurus* específico dessa área: construção escolar.

Atividade 2 — Cooperação técnica com os Estados-Membros para melhorar a administração dos sistemas educacionais

1. A cooperação técnica com os Estados-Membros constitui campo de fundamental importância para o aperfeiçoamento da administração dos sistemas educacionais. Neste particular, ressalta-se a importância da cooperação horizontal envolvendo especialistas dos Estados-Membros, na troca de informações e experiências.

2. Torna-se necessário, e talvez urgente, a realização de estudos e intercâmbio de informações a respeito dos resultados da política e da legislação que orientam e estimulam um caminho descentralizador no que se refere à administração da educação, sobretudo em países de dimensões maiores, e que tem sido a tônica nas últimas décadas, tanto entre os educadores quanto entre os políticos e administradores.

Parece, entretanto, estar havendo um formalismo apenas, que não corresponde à realidade. Cada vez mais se observa um grande robustecimento do poder financeiro dos governos centrais, em detrimento das localidades que enfrentam penúria econômica e se tornam cada vez mais dependentes.

Em vista da crescente tendência centralizadora da legislação tributária, o que se observa é uma centralização de fato, a despeito da legislação descentralizadora no campo da educação.

Em conseqüência, o setor de construção e equipamento é bastante atingido, uma vez que, entre a manutenção e o investimento, a tendência do administrador que gere poucos recursos é cortar ou diminuir ao mínimo o investimento.

Tema 5.2/02 - Contribuir com os esforços dos Estados-Membros para melhorar a formação dos administradores da educação

Atividade — Formação de administradores da educação nos níveis nacional, regional e internacional

No caso brasileiro, a ênfase maior deverá recair na formação de administradores da educação nos níveis intermediários e de unidade de ensino, utilizando-se pessoal nacional e enfatizando-se o planejamento e administração a nível escolar. Destaca-se ainda a necessidade de realização de estudos e pesquisas sobre formas de organização e funcionamento do sistema de ensino, a macronível e de instituições escolares, a micronível.

A participação do IIPE, como instituição especializada no desenvolvimento de programas de formação de longa e curta duração, merece o apoio do Governo brasileiro, considerando a importância de sua atuação, no campo do planejamento e da administração da educação. Cumpre salientar que técnicos brasileiros têm participado dos programas de formação especializada em planejamento e administração da educação nesse Instituto.

Tema 5.2/03 — Promover a capacidade nacional de administrar programas de instalações e locais de uso educativo do ponto de vista da construção e do mobiliário escolar

Atividade — Intercâmbio de experiências sobre a execução de programas de construção escolares e de produção de mobiliário escolar

Os projetos de construções escolares, realizados com a participação da comunidade e baseados em soluções arquitetônicas endógenas, devem ser incentivados. O CEBRACE desenvolve estudos nesse sentido e os resultados vêm se apresentando bastante animadores.

Os estudos visando à pré-fabricação devem também ser encorajados, ressaltando-se porém que a pré-fabricação parcial parece ser a mais recomendada no caso de países como o Brasil, uma vez que possibilita redução de custo pela encomenda maciça de determinados componentes e atende às pequenas indústrias locais que se incumbiriam de fornecer os demais elementos materiais e componentes.

O mobiliário escolar deverá ser fabricado com base em projetos cientificamente elaborados, visando a: conforto, resistência ao uso, custo acessível e possibilidade de ser fabricado também por indústrias locais.

### UNIDADE III

OBJETIVO 5.3 - ESTRUTURAS EDUCATIVAS

OBJETIVO 5.4 - CONTEÚDOS, MÉTODOS E TÉCNICAS  
DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO 10.1 - SERVIÇOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

### OBJETIVO 5.3 - ESTRUTURAS EDUCATIVAS

Tema 5.3/01 — Promoção de melhor articulação e maior flexibilidade das estruturas educativas com vistas à educação permanente

Atividade 1 — Melhoria das estruturas educativas com vistas à prática da educação permanente e a democratização da educação

O MEC admite a real necessidade de articulação entre a educação escolar e extra-escolar na perspectiva da educação permanente. Ressalta a importância de interligação entre as diferentes estruturas educacionais no atendimento aos excepcionais, sobretudo quanto à melhoria dos vínculos entre a educação e o trabalho.

O Brasil tem particular interesse em participar dos estudos preparatórios às atividades previstas, através de suas instituições educativas e organizações especializadas.

Atividade 2 — Melhoria da articulação interna do sistema educacional e deste com o mundo do trabalho

A atual política de educação, cultura e desporto confere caráter de prioridade à integração do sistema educacional com o mundo do trabalho, como estratégia de melhoria da qualidade de vida das populações pobres. E educação/produção é uma das linhas de atuação nas periferias urbanas, no meio rural e na educação de excepcionais.

A troca de experiências, nessa área, é de grande interesse para o País.

Os especialistas brasileiros têm especial interesse em visitar projetos experimentais e conhecer outras realizações nesse campo.

Atividade 3 — Promoção da orientação educacional e profissional e da avaliação do desempenho escolar

A divulgação dos estudos realizados, bem como a participação no Seminário Regional previsto, são consideradas atividades de interesse para o Brasil, principalmente pela oportunidade de troca de experiências. Merece destaque especial a orientação educacional e profissional na educação especial de deficientes físicos e mentais.

Tema 5.3/02 — Contribuição ao estabelecimento e desenvolvimento de serviços educativos para as crianças

Atividade 2 — Desenvolvimento da educação pré-escolar

No III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, a educação pré-escolar tem tratamento prioritário. Entendida como aquela que se faz antes do ingresso no 1º grau, na faixa de zero a seis anos, a educação pré-escolar inclui também o atendimento a gestantes.

O MEC recomenda que, no desenvolvimento de educação pré-escolar, seja conferida atenção especial aos deficientes físicos e mentais, lembrando que 1981 será o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Recomenda-se também que a UNESCO privilegie programas não-tradicionais de atendimento ao pré-escolar, incluindo a orientação aos pais, sobretudo no ensino especial, para atendimento a deficientes e superdotados.

Sob o aspecto de expansão de rede e vagas, tem sido recomendado e já posto em prática em alguns casos o uso de todo e qualquer espaço físico disponível, desde que tenha as condições mínimas de higiene e segurança para as crianças.

Ao lado da utilização de espaços físicos, está expresso também no plano setorial o entrosamento com outros setores governamentais ou de iniciativa privada, para que sejam evitadas duplicações e haja um aumento na oferta de vagas.

Em relação aos recursos humanos são linhas de atuação prioritária:

1. treinamento em serviço de professores já envolvidos com educação pré-escolar, visando à maior adequação de informações, comportamentos e expectativas em relação às populações já caracterizadas como prioritárias;
2. treinamento de elementos da comunidade para assumirem a direção dos alunos sob supervisão técnica de um professor.

Numa linha de ação mais a médio prazo pretende-se através do Projeto de Revitalização de Escolas Normais a inclusão e/ou dinamização dos estudos adicionais para formação de pessoal para o pré-escolar. Quanto ao 3º grau estuda-se a melhor maneira de se tratar o problema, enquanto no nível de pós-graduação incentiva-se a formação de centros que tenham o pré-escolar como foco.

Em relação às propostas curriculares enfatiza-se a adoção de inovações metodológicas que permitam desformalizar os processos educativos prévios à escolarização, integrando-os ao desenvolvimento cultural das populações envolvidas.

Tendo em vista o caráter prioritário conferido ao atendimento do pré-escolar diante das necessidades existentes nesta área, a participação nas atividades propostas é de suma importância para o Brasil.

#### Tema 5.3/03 — Programa de educação dos jovens deficientes

O CENESP, órgão do MEC encarregado do planejamento e coordenação do atendimento ao excepcional brasileiro, vem desenvolvendo um trabalho direcionado para eliminar o caráter filantrópico e paternalista conferido, até então, à educação de deficientes. Entendida a educação especial como parte integrante da educação geral, a linha de atuação do CENESP/MEC procura integrar o jovem deficiente à realidade social, evitando, sempre que possível, a sua segregação.

O MEC enfatiza:

— A necessidade de esclarecer quanto aos níveis de integração temporal, instrucional e social e as várias alternativas possíveis no Sistema de Educação.

— A importância do intercâmbio entre os Estados-Membros sobre suas experiências e "descobertas" na assistência ao excepcional.

— A colaboração entre as organizações governamentais deve ser racionalizada, evitando-se a proliferação de escolas segregantes, bem como duplicidade de meios. Essa colaboração deve estar a serviço da intercomplementaridade, prevista em lei.

#### Atividade 1 — Promoção da clara percepção destes problemas nos planos nacional e internacional

O Brasil tem especial interesse em receber apoio técnico e financeiro para a realização de mesas-redondas nacionais e recomenda que a problemática do excepcional fique restrita às mesas-redondas nacionais específicas, mas que seja debatida em todas as reuniões congêneres.

Recomenda, ainda, que a ajuda técnica e financeira seja prestada aos Estados-Membros, de modo a beneficiar mais de um Estado, facilitando a busca de solução para os principais problemas das pessoas deficientes.

#### Atividade 2 — Integração dos jovens deficientes na escola e na vida ativa

O MEC recomenda:

— Que a cooperação entre organizações governamentais não inclua apenas os setores envolvidos na educação especial. Mais significativa do que a busca de integração, pelos que trabalham com excepcionais, é a receptividade dos educadores em geral para a prática da integração. De pouco valerão os esforços em prol da integração, se professores desinformados sobre educação especial resistirem às tentativas que se façam nesse sentido.

— Que o apoio a ser prestado nos planos regional e sub-regional aos centros de recursos educativos seja efetivo e substancial, permitindo estruturar centros-modelo que sirvam de exemplo aos Estados-Membros.

— Que sejam oferecidas facilidades aos técnicos de países em desenvolvimento, de modo a que possam participar da reunião internacional a ser realizada na Alemanha, no Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

— Que o Ano Internacional das Pessoas Deficientes seja um marco, impulsionando atividades e decisões a longo prazo.

#### Atividade 3 — Formação de educadores e de pais

O Brasil enfatiza que, na constituição das equipes em níveis de assessoramento aos Estados-Membros, sejam utilizados especialistas nacionais, conhecedores das características regionais de cada organismo (APAE, Instituto Pestalozzi e outros), a fim de viabilizar o desenvolvimento dos serviços, em bases concretas e não utópicas, na formação de educadores e orientação de pais de excepcionais.

Aprova-se a decisão da UNESCO no que se refere aos programas de participação e de cooperação para o desenvolvimento da educação especial, quanto a assessoramento, bolsas de estudo, material e equipamento, bem como contribuição financeira para a realização de seminários e cursos práticos.

#### OBJETIVO 5.4 - CONTEÚDOS, MÉTODOS E TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO

Sugestões para debate:

- Ressaltar a importância da participação da população local na definição dos conteúdos curriculares.
- Estimular a regionalização dos conteúdos curriculares e materiais de ensino, para atender às características locais da clientela das zonas rurais e periferias urbanas.
- Propor estudos visando à integração do trabalho produtivo no ensino de 1º grau como uma pré-profissionalização de acordo com os interesses da clientela e considerando a não-continuidade de estudos, característica da realidade brasileira, principalmente na zona rural e periferia urbana.
- Solicitar a cooperação técnica de especialistas para estudos sobre a flexibilidade dos conteúdos curriculares a níveis regional e local, segundo as características específicas da clientela.
- Ressaltar a tentativa que vem sendo efetivada pelos Estados do Nordeste, no sentido de realizar uma programação de desenvolvimento rural integrado: 2 cursos em Caicó-RN, 1976, e Garanhuns-PE, 1977, promovidos pelo MEC em colaboração com a UNESCO.

Tema 5.4/01 — Prestar apoio a inovações em matéria de educação, mediante a criação de uma série de redes regionais e sub-regionais de cooperação

Atividade 1 — *Perspectivas* — revista trimestral de educação. O Brasil se congratula com a publicação do primeiro número de *Perspectivas* e sugere que, nos próximos números, sejam abordados temas tais como educação e pobreza, planejamento participativo e desenvolvimento cultural e educação.

Atividade 2 — Serviço Internacional de Informação e Estudos sobre as Inovações Educativas

Convém destacar que o Brasil será sede, em 1980, de um seminário sobre "Inércia e Mudança nos Sistemas Educativos", promovido pelo Projeto Regional RLA/79/007 (UNESCO/CEPAC/PNUD), com a participação de especialistas da América Latina e África de língua portuguesa.

A realização deste seminário expressa o interesse brasileiro pelo Serviço Internacional de Informação e Estudos sobre as Inovações Educativas.

Atividade 3 — Programas regionais e sub-regionais de inovação em matéria de educação

O Brasil manifesta seu apoio ao estabelecimento de um Programa Regional de Inovações Educativas para o Desenvolvimento, na América Latina e no Caribe, afirmando seu interesse em participar da Reunião Consultiva Regional de especialistas para a organização dessa nova rede de cooperação técnica.

Tema 5.4/02 — Fomentar as pesquisas sobre o processo educativo e suas aplicações na prática pedagógica

Atividade 1 — Aplicação dos resultados das pesquisas

O Brasil tem encarado a pesquisa educacional na ótica da pesquisa social, comprometida com a melhoria da qualidade de vida de populações mais carentes. Nesse sentido confere seu total apoio à realização das atividades propostas no Documento voltadas para a análise das teorias e práticas pedagógicas.

Atividade 2 — Orientação e fomento de novas pesquisas

O Brasil declara seu interesse em participar dessa atividade, com a execução das pesquisas propostas dentro do contexto sócio-econômico e cultural brasileiro. Propõe, ainda, apoio técnico e financeiro às universidades para a realização de curso de formação de pesquisadores educacionais, no Brasil.

Tema 5.4/03 — Contribuir para o fortalecimento da capacidade nacional em matéria de formulação de conteúdos da educação

Atividade 1 — Atividades destinadas a promover a coerência e a idoneidade do conteúdo educativo em relação às necessidades nacionais

O MEC recomenda que os estudos sobre a evolução do conteúdo global da educação em função das exigências do mundo do trabalho, englobando os progressos da ciência e da tecnologia se façam sempre na perspectiva do desenvolvimento cultural. O Brasil declara-se interessado em estágios de especialistas para conhecimento de experiências concretas de introdução do trabalho produtivo no processo educativo.

#### Atividade 2 - Ensino de línguas

O Brasil manifesta seu interesse nos estudos de antropologia e ciências da linguagem a serviço do desenvolvimento da educação, reafirmando a importância da cooperação técnica entre os Estados-Membros, especialmente a nível de pós-graduação, sobre o tema da língua nacional como instrumento de ensino, sobre o ensino bilíngüe e plurilíngüe de línguas vivas.

#### Atividade 3 — A educação e os meios de comunicação de massa

O MEC, através da Secretaria de Aplicações Tecnológicas, está interessado na pesquisa que a UNESCO realizará entre os Estados-Membros, com vistas à determinação dos problemas, soluções propostas, experiências escolares e extra-escolares, efeitos e utilização de mensagens dos meios de comunicação de massa. O Brasil manifesta seu interesse em participar do simpósio programado pela UNESCO.

Atividade 4 — Contribuição para o fortalecimento dos valores morais, estéticos e humanistas do ensino

O Brasil reafirma seu apoio às iniciativas voltadas para a compreensão e a paz internacionais, manifestando seu interesse em seminários regionais sobre educação e valores, sobre utilização do patrimônio artístico e cultural no ensino. Reafirma, ainda, a relevância das iniciativas de educação estética desenvolvidas com apoio técnico e administrativo da UNESCO.

Tema 5.4/04 — Contribuir para o fortalecimento da capacidade nacional em matéria de métodos e técnicas de educação

#### Atividade 1 - Métodos e técnicas de educação

O programa prevê a publicação, em francês e inglês, de uma síntese da evolução e das novas tendências em métodos e técnicas de ensino-aprendizagem e também da elaboração de vocabulário plurilíngüe de termos de tecnologia da educação e bibliografia comentada sobre o tema. Essa atividade interessa ao Brasil. Sugere-se a publicação dos documentos em português ou espanhol.

#### Atividade 2 — Utilização dos meios de comunicação com fins educativos

O MEC considera de interesse a realização de estudos sobre as possibilidades que o progresso tecnológico oferece no campo da comunicação para a melhoria da educação escolar e universitária, a programação de sistemas de ensino aberto e o desenvolvimento do teleensino para a educação pós-escolar, a educação de adultos, a alfabetização, a educação nas zonas rurais, de acordo com a perspectiva da educação permanente. O Brasil manifesta seu interesse em participar de seminários em que serão estudadas soluções que respondam às necessidades dos Estados-Membros, solicitando o necessário apoio a viagens de estudo de responsáveis por organismos de rádio e televisão educativos.

O MEC, através da Secretaria de Aplicações Tecnológicas, conta com nove emissoras de TV Educativa, dispondo de 663 canais em VHF e 343 canais FM de rádio, necessitando de apoio técnico e financeiro para a utilização desse potencial.

Entretanto, no caso do Brasil, esses meios — especialmente o rádio e a televisão — são de extrema valia para atender à grande demanda de educação, principalmente nas áreas rurais e periferias urbanas, prioritárias no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto.

Num país em que apenas cinco por cento da população, na idade pré-escolar, tem acesso à escola e vinte e sete por cento das crianças e adolescentes, na faixa entre 7 e 14 anos, não freqüentam o primeiro grau, a solução mais adequada que se apresenta a curto prazo é a utilização do rádio e da televisão como veículos de educação.

Diante disso, sugerimos a inclusão de um programa de desenvolvimento de tecnologias educacionais, na área do rádio e da televisão educativa, para o qual propomos as seguintes atividades:

- desenvolvimento de pesquisas que indiquem alternativas de utilização dos meios de comunicação de massa, de modo a que seu emprego seja coerente e adequado às necessidades e peculiaridades da clientela;
- apoio técnico e financeiro para aquisição e instalação de equipamentos de rádio e televisão educativos, visando a sua compatibilização, para permitir maior e melhor integração e intercâmbio entre os centros de produção no Brasil.

Julgamos conveniente informar que o Brasil vem prestando cooperação técnica, com recursos da SUBIN, a países africanos (Costa do Marfim, Senegal e Zaire), para diretores de TVE.

No momento, encontram-se em fase de elaboração dois projetos, com solicitação de apoio financeiro da UNESCO:

- estágio, nas emissoras de rádio e televisão do Brasil, de técnicos da África e da América Latina;
- treinamento, no IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia), para técnicos da África — países de língua portuguesa — principalmente da Guiné-Bissau, na área do rádio educativo.

*Nota:* A SESU está com projeto na área de treinamento em alfabetização, visando a otimizar materiais instrucionais.

Tema 5.4/05 — Contribuir para o desenvolvimento da capacidade nacional de produção, distribuição e utilização de materiais e equipamentos didáticos

Atividade 1 — Estabelecimento e desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos especializados

O MEC manifesta seu apoio:

- aos serviços de consultoria que visam ao fortalecimento e ao estabelecimento, nos órgãos educacionais, dos serviços administrativos e técnicos encarregados de organizar e gerir a produção e distribuição de materiais e equipamentos educativos;
- às publicações resultantes dos estudos realizados sobre os regulamentos e procedimentos administrativos aplicados ao tema e sobre as modalidades de formação e condições profissionais dos especialistas de produção, gestão e utilização de materiais e técnicas educativas;
- à realização de estudos sobre as condições de acesso aos recursos educativos e aos instrumentos culturais, em particular nas zonas rurais;
- à elaboração e implementação de projeto experimental para a utilização das bibliotecas escolares como centros de recursos múltiplos de comunicação ao alcance de toda a comunidade.

Tema 5.4/06 — Fomentar a educação física e o desporto como parte integrante da educação permanente

Atividade 1 - Comitê Intergovernamental e Fundo Internacional

Inicialmente, vale informar que, em 1976, o então Diretor-Geral do DED compareceu, acompanhado de um assessor, à Conferência Geral da UNESCO em Paris. Em 1979, o atual Secretário de Educação Física e Desportos compareceu, em Paris, a uma reunião específica do setor e, entre outros assuntos, foi ventilado o problema de contribuição do Brasil ao Fundo Internacional. Houve uma contraproposta, por parte do Brasil, de oferecimento de cinco bolsas de estudo em universidades brasileiras e que consta do documento de recomendações finais da reunião.

Atividade 2 - Difusão e aplicação da Carta Internacional

A SEED tomou providências para sua tradução para o português e publicou-a no *Boletim da Federação Internacional de Educação Física* — edição brasileira em língua portuguesa — volume 49, n. 4 — dezembro de 1979 e na *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* n. 41 — 2º trimestre de 1979 — SEED, MEC. As duas publicações cobrem os setores de ensino e desportivo. Por outro lado, os dez artigos da Carta têm servido de pressupostos na definição das ações para o setor durante o período 80/85 e esta Secretaria pretende continuar a sua divulgação.

Cabe acrescentar, ainda, que três manifestos: "Mundial da Educação Física", "do Desporto" e do "Fair-Play" (jogo limpo) já tiveram divulgação plena no País e que a política específica do setor, no Brasil, tem sua grande opção de definição na direção do Esporte para Todos que é, também, a idéia-força do Plano Nacional de Educação Física e Desportos - PNED.

No que diz respeito aos Centros de Documentação de âmbito regional e sub-regional, a SEED desenvolve, no momento, projeto sobre o assunto. Já foram identificados nove centros em universidades federais

brasileiras que deverão formar a base de uma rede de documentação e informação a ser coordenada e apoiada pela Secretaria. Em termos internacionais é pensamento da SEED que no Brasil esteja situado o centro da América Latina, assunto que deverá ser abordado na XXI Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em setembro.

No que concerne a 1981, como Ano Internacional do Excepcional, a SEED já expediu diretrizes para que se estude programação específica a ser desenvolvida no Brasil, durante aquele ano.

Por outro lado, como subsídios orientadores, estamos em condições de oferecer:

— assistência técnica relativa à Educação Física, Esporte para Todos e Desporto, particularmente a países da América Latina e da África.

E de solicitar:

— assistência técnica e financeira de países desenvolvidos desportivamente, particularmente europeus, norte-americanos e asiáticos (a negociar).

Atividades de cooperação técnica em desenvolvimento:

#### 1. Costa do Marfim

Foi solicitada, pela delegação da II Comissão Mista Brasil-Costa do Marfim, ao Governo brasileiro, a concessão de cinco bolsas de estágio de especialização em futebol e basquete, com duração de um ano, para professores de Educação Física marfinianos. O pedido já foi atendido por quatro universidades federais (Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul). Faltando somente uma bolsa do programa.

Pedido de assistência técnica para a Costa do Marfim envolvendo a colaboração de professores brasileiros de alto nível para lecionarem futebol, basquete e educação física na Escola Normal de Educação Física da Costa do Marfim. A solicitação já foi atendida com o envio de sete *curricula vitae* dos professores, para que sejam apreciados pelo Governo da Costa do Marfim e posteriormente contratados para o trabalho.

Pedido de bolsas de estudo para cinco candidatos para curso completo de graduação em Educação Física com duração de três a quatro anos (programa para três anos consecutivos; dois professores no 1º. ano, dois no 2º. ano e um professor no 3º ano). Este pedido ainda não foi apreciado por esta Secretaria.

#### 2. Venezuela

Pedido do Ministério da Juventude da Venezuela para um plano de formação de recursos humanos para o esporte, visando à ida de professores brasileiros à Venezuela, bem como treinamento de desportistas venezuelanos no Brasil em diversas áreas desportivas. A solicitação foi respondida com interesse pela SEED, ressaltando-se que existem condições para atender aos itens propostos; sugerimos ao Itamaraty que convidasse uma delegação venezuelana para reunir-se em Brasília, com representantes brasileiros, para que desta forma fossem estabelecidas, conjuntamente, as bases para a cooperação pretendida.

Até a presente data não recebemos resposta sobre o assunto.

#### 3. México

Pedido da Secretaria de Educação Pública do México (BEP) de diversas publicações de Educação Física, de acordo com o item 33 do Programa do Intercâmbio Cultural Brasil—México.

A solicitação foi atendida plenamente pela SEED.

#### 4. Equador

Pedido dirigido à Embaixada do Brasil, em Quito, pelo Governo equatoriano, de publicações concernentes à aplicação da Política Nacional de Educação Física e Desportos e textos legislativos afetos à administração esportiva.

A solicitação foi atendida prontamente.

#### 5. Gana

Solicitação da Seção de Relações Públicas da Universidade de Cape Coast referente à doação, pela SEED, de equipamentos para a prática de futebol, atletismo e tênis (estes equipamentos não são vendidos naquele país).

O pedido está em estudo pela SEED, podendo ser atendido em 1981, pois a verba de 1980 já havia sido toda detalhada.

## 6. Bolívia

Solicitação do Presidente do Comitê de Obras Esportivas da Tarija à Embaixada do Brasil em La Paz, visando à obtenção de cópias de projetos esportivos construídos no Brasil, referentes a instalações esportivas.

Pedido atendido, sendo enviado ao solicitante publicações sobre arquitetura desportiva, bem como o endereço do FUNDUSP, em São Paulo, para um futuro contato.

### OBJETIVO 10.1 - SERVIÇOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os temas e atividades propostas no objetivo 10.1 são do maior interesse do MEC. Vale lembrar que, dentro de nossa realidade nacional e por esforços próprios que envolvem o concurso de todas as Secretarias de Educação do Brasil, já estamos desenvolvendo iniciativas e medidas relacionadas com:

- Política de Informação para Educação, Cultura e Desportos;
- Rede nacional e regional de informações para Educação, Cultura e Desportos;
- Plano Diretor de Informações;
- Controle Terminológico;
- Normas técnicas e de gestão aplicadas à informação para Educação, Cultura e Desportos;
- Informática e Educação;
- Processamento de Dados Distribuídos e Banco de Dados Distribuídos;
- Outros assuntos.

Dessa maneira, muitos dos temas e programas sugeridos pela UNESCO são de grande interesse e sugerem ativa participação da Secretaria de Informática, do Serviço de Estatística da Educação e Cultura e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Mesmo em caráter experimental, e em muitos casos com algum sucesso nos resultados, nossas sugestões têm obtido efeitos práticos. Assim, mesmo merecendo uma assistência técnica ou cooperação internacional, não devemos deixar de respeitar uma tecnologia nacional que, em experimentação, vem respondendo aos nossos interesses e necessidades.

Há uma ênfase muito acentuada da UNESCO para o campo da documentação e bibliografia. Nesta área, estamos relativamente fracos e sem iniciativas muito concretas ou abrangentes. Não podemos, entretanto, esquecer que nossas prioridades ainda são mais voltadas às informações básicas: *estatísticas e/ou administrativas*.

No campo da documentação e bibliografia, contamos com uma experiência desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

O MEC deseja realizar em 1981 o I Simpósio Nacional sobre a Informação em Educação, Cultura e Desportos, de forma a obter, progressiva e gradativamente, *posições*, recomendações e esforços dirigidos aos objetivos e metas que estão sendo equacionados em nível internacional. Tal simpósio poderia ser realizado com a participação da representação da UNESCO, no Brasil, e com apoio de outros órgãos interessados.

#### UNIDADE IV

OBJETIVO 4.4 - ENSINO GERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

OBJETIVO 5.8 - PROMOVER O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL

OBJETIVO 7.7 - EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO RELATIVAS AO MEIO  
AMBIENTE

## OBJETIVO 4.4 - ENSINO GERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Tema 4.4/01 — Cooperação internacional e regional para promover o ensino de ciência e tecnologia

Atividade 1 — Atividades complementares da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

O MEC reafirma o interesse na realização do congresso destinado a estudar a função desempenhada pela ciência e a tecnologia no desenvolvimento nacional, destacando o papel da Universidade e suas relações com a sociedade. O Brasil recomenda que no congresso sejam discutidas propostas concretas relativas ao ensino superior, como por exemplo a criação de Centros Regionais de Produção de Material de Ensino para Ciência e Tecnologia, de particular interesse para a SESU/MEC. Como também a pesquisa desenvolvida em conjunto pela Universidade e empresas públicas e privadas.

Atividade 2 — Intercâmbio internacional de idéias e de informações sobre o ensino de ciência e tecnologia

O Brasil manifesta seu total apoio, oferecendo a sua experiência na área de documentação (bibliotecas) para a saúde, engenharia, ciências agrárias, educação e computação e solicitando experiências dos demais Estados-Membros.

Atividade 3 — Cooperação regional em matéria de ensino da ciência e tecnologia

O MEC reconhece a importância de reforçar a preparação e divulgação de boletins e material bibliográfico em geral sobre o ensino de ciência e tecnologia. Com relação à utilização de equipamentos itinerantes o Brasil recomenda que os equipamentos sejam produzidos pelos Países-Membros, de acordo com a realidade nacional.

Atividade 4 — Fomento de atividades e projetos experimentais

O Brasil confere relevância a esta atividade, sobretudo no que se refere ao ensino de ciências e tecnologia no meio rural, manifestando interesse em constituir grupos de trabalho para conhecimento das condições e necessidades próprias da população rural. O Brasil declara ainda o interesse em desenvolver um dos quatro projetos-piloto que a UNESCO patrocinará sobre o ensino de ciências e tecnologia e trabalho produtivo.

Tema 4.4/02 — Melhoria do conteúdo, dos métodos e dos materiais de ensino escolar e extra-escolar da ciência e tecnologia e fomento das inovações neste campo

Atividade 1 — Ensino integrado de ciência e tecnologia

O Brasil declara-se em total acordo quanto à publicação das "Novas tendências do ensino de ciência e tecnologia no 1º grau", bem como solicita apoio técnico e financeiro para a efetivação, na prática, das recomendações dos especialistas, sobretudo na elaboração de planos de estudo e preparação de material didático.

Atividades 2 a 5 — Ensino de Matemática, de Física, de Química, de Biologia

O MEC manifesta seu interesse no que se refere à atualização de docentes, preparação de planos de estudo e material didático, bibliografia, apoio técnico e financeiro relativamente ao ensino de Matemática, de Física, de Química e de Biologia.

Atividade 6 — Educação, nutrição, economia doméstica e saúde

A íntima relação entre educação e saúde, por si só, explicita a relevância dessa atividade, sobretudo quando o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto-1980-1985 expressa o compromisso com as populações carentes. O MEC manifesta seu apoio aos estudos sobre alimentação, habitação, economia doméstica em geral, tanto para a educação escolar como para a extra-escolar.

Atividade 7 — Divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos através de atividades extra-escolares

O Brasil apoia o desenvolvimento dessa atividade, lembrando a atuação da FUNBEC para desenvolvimento de "Clubes da UNESCO de Ciências", estando em estudo uma solicitação oficial do Governo brasileiro junto à UNESCO.

#### Atividade 8 — Reparação de material e equipamentos para o ensino de ciência e tecnologia

O Brasil apoia esta atividade, ressaltando a importância da cooperação técnica, também entre os Estados-Membros, em projetos relativos à concepção, produção, manutenção, reparação e utilização de material e equipamento científico escolar a nível de 1º, 2º. e 3º graus.

### **OBJETIVO 5.8 - PROMOVER O ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL**

#### Tema 5.8/01 — Aplicação da recomendação revisada relativa ao ensino técnico e profissional

##### Atividade 1 — Cooperação com os Estados-Membros para a aplicação da recomendação revisada

A legislação brasileira já incorpora algumas das proposições da recomendação revisada relativa ao ensino técnico. Entretanto, o sistema educacional brasileiro ainda não operacionalizou grande parte das recomendações, carecendo de estrutura administrativa, especialmente no ensino-técnico profissional. O Brasil declara-se interessado na análise comparada dos estudos monográficos, sobretudo no que se refere a custos e eficácia do ensino técnico e profissional cotejados com os métodos e técnicas de formação — em níveis médio e superior — o trabalho produtivo e o emprego em diferentes contextos sócio-econômicos.

##### Atividade 2 — Cooperação internacional para desenvolvimento do ensino técnico e profissional

O Brasil apoia essa atividade e declara-se interessado em apresentar sugestões para a melhoria da formação de técnicos, como também em receber sugestões dos demais Estados-Membros.

#### Tema 5.8/02 — Intercâmbio de informações, idéias e experiências em matéria de ensino técnico e profissional

##### Atividade 1 — Aumento de intercâmbio de informações, idéias e dados da experiência

A cooperação entre as instituições nacionais em matéria de pesquisa e documentação, em particular quanto a planos de estudo e formação de pessoal docente. O Brasil oferece a experiência da Fundação CENAFOR, reafirmando a importância da preparação e divulgação de boletins informativos sobre as inovações no ensino técnico e profissional. A ampliação de bibliografia nesta área interessa de perto ao Brasil.

##### Atividade 2 — Apoio aos centros nacionais de documentação e investigação

O MEC manifesta total interesse na realização dessa atividade, solicitando apoio técnico e financeiro.

#### Tema 5.8/03 — Melhoria qualitativa do ensino técnico e profissional

##### Atividade 1 — Formação de pessoal para o ensino técnico e profissional

O Brasil manifesta seu total apoio a essa atividade, acentuando a carência de pessoal especializado e de material didático. O MEC/Brasil através do CENAFOR declara-se interessado em participar do Seminário de Formação de Administradores e Inspectores de Ensino Técnico e Profissional.

##### Atividade 2 — Melhoria do conteúdo, dos métodos e materiais de ensino técnico e profissional

O Brasil oferece a experiência da CENAFOR relativamente ao ensino técnico-profissional, solicitando experiências dos demais Estados-Membros. Tendo em vista a educação no meio rural t a primeira linha prioritária do III PSECD o MEC solicita que o Projeto Experimental sobre Ensino Técnico nas Zonas Rurais, previsto para a África, se estenda á América Latina.

##### Atividade 3 — Integração da educação geral com o ensino técnico-profissional

O MEC está elaborando monografias sobre a "integração do ensino geral e o ensino técnico-profissional" como subsídio para a XXXVIII Conferência da UNESCO.

## OBJETIVO 7.7 - EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE

### Tema 7.7/02 — Desenvolvimento e promoção da educação ambiental geral

As atividades propostas (1 a 6) devem ser apoiadas porque interessa ao País concretizar perfeita interação com a UNESCO e o PNUD, visando a obter meios para atingir os objetivos educativo-culturais e desportivos do sistema de ensino, em benefício do homem e da comunidade.

Está prevista a produção de audiovisuais sobre o tema educação e meio ambiente, em espanhol, inglês e francês. Poderia o MEC sugerir a produção desses audiovisuais, também em português. A clientela beneficiada incluirá milhões de pessoas, já que o conteúdo dos projetos do MAB, ao que parece, se refere a temas de interesse de nosso país (o homem e os trópicos úmidos, as zonas áridas, os sistemas montanhosos e as reservas de biosfera).

A ênfase que o Brasil dá ao assunto está devidamente institucionalizada no Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto para o período 1980/1985 que inclui entre as prioridades regionais o Desenvolvimento de Consciência Ecológica e Valorização do Homem Amazônico, transcrita a seguir.

A preocupação acentuada com o risco real, que corre a região, de se desequilibrar ecologicamente, com resultados bem adversos, em especial para as populações mais carentes, levou o Norte a propor que se promova, através do ensino formal e não-formal, uma educação de fundo ecológico, capaz de repensar o processo de "conquista" da Amazônia e de propiciar a formação de consciência ecológica.

A proposição em apreço corresponde plenamente às expectativas das prioridades nacionais, ao ressaltar o aspecto do desenvolvimento cultural sempre ligado às propriedades locais e comunitárias.

Em termos de estratégias, impõe-se a redefinição de currículos, a inclusão de temas centrados na relação homem/natureza, a vinculação desta atividade a um processo permanente de busca de formas alternativas, sempre ligadas à ecologia, à cultura, à civilização e à própria democratização da sociedade. Contribui para tanto a identificação dos tipos sociais dominantes na região, o acompanhamento e controle do fluxo migratório, quer sob a forma de pressão exercida sobre o sistema educacional, quer quanto à ocupação do espaço urbano e rural.

É mister o desenvolvimento de uma consciência ecológica nos professores, alunos e na comunidade, sobretudo no que se refere ao aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Neste sentido, as instituições de ensino superior deverão minimizar seu traço elitista e assumir o compromisso com as camadas mais carentes da população rural e urbana, integrando-se com outros órgãos de estudos e pesquisas na busca de modelos de desenvolvimento capazes de atender às necessidades e aos interesses do amazônida e à preservação dos recursos naturais.

## UNIDADE V

OBJETIVO 5.5 - FORMAÇÃO DE PESSOAL DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO 5.7 - FUNÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE

## **OBJETIVO 5.5 - FORMAÇÃO DE PESSOAL DE EDUCAÇÃO**

Tema 5.5/01 — Contribuição ao estudo e à solução dos problemas relativos à condição do pessoal docente e à elaboração de políticas integradas de formação de pessoal de educação

Atividade 1 — Aplicação da recomendação relativa à situação do pessoal docente

A desvalorização da carreira docente é um dos graves problemas que o sistema educacional brasileiro enfrenta. O III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980/85 confere prioridade à valorização dos recursos humanos através da melhoria salarial, estabilidade de emprego, implantação do Estatuto do Magistério e Plano de Carreira e reativação dos cursos de formação de professores, níveis médio e superior. O MEC manifesta seu apoio a esta atividade, sobretudo quanto à participação do pessoal docente na preparação e introdução de inovações, em todos os graus de ensino.

Atividade 2 — Contribuição ao estabelecimento de políticas integradas de formação e aperfeiçoamento do pessoal em exercício

O MEC ressalta a importância desta atividade na perspectiva da educação permanente, através de esquemas formais e não-formais de formação e aperfeiçoamento de docentes, tendo em vista as peculiaridades dos Estados-Membros.

Atividade 3 — Formação de pessoal com efeito multiplicador

O Brasil preocupa-se com a formação de professores e especialistas de educação, visto que a formação de pessoal para a educação pode ser encarada como "bem de capital". Tanto a universidade — graduação e pós-graduação — como o ensino normal têm procurado voltar-se para a formação desses agentes multiplicadores. O Brasil reitera seu interesse na realização do Seminário sobre Formação de Supervisores e Professores, com participação da Universidade — graduação e pós-graduação em educação — e escolas normais.

Tema 5.5/02 — Promoção das inovações na formação de pessoal de educação

Atividade 1 — Aperfeiçoamento de coordenadores e especialistas nacionais

O MEC apoia a realização dos seminários regionais e sub-regionais voltados para a formação de planejadores e administradores da educação, alfabetizadores e educadores de adultos e demais especialistas para a educação escolar e extra-escolar. O Brasil reafirma a importância da dimensão cultural, na perspectiva da identidade nacional, na metodologia dos trabalhos para desenvolvimento dessa atividade.

Atividade 2 — Promoção da Cooperação Regional e Sub-Regional

O Brasil reafirma a importância da cooperação técnica entre os Estados-Membros, sobretudo no que se refere ao papel dos docentes em relação às inovações no sistema educacional, destacando o papel da pós-graduação em educação, sobretudo em termos de pesquisa.

## **OBJETIVO 5.7 - FUNÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA SOCIEDADE**

Tema 5.7/01 — Promoção das tendências inovadoras no ensino superior

Atividade 1 — Democratização do ensino superior e sua idoneidade com respeito às necessidades da sociedade

O Brasil está interessado na análise e avaliação das atividades que visam à diversificação de estruturas do ensino superior, para atender às necessidades de novas categorias estudantis. A propósito, o Sistema de Ensino Superior Brasileiro vem desenvolvendo uma experiência considerável na formação de tecnólogos relacionados a quase todas as áreas de conhecimento. Estudos visando à análise do processo de democratização e de real dimensionamento das Universidades estão sendo feitos na área de alternativas de acesso ao ensino superior. Da mesma forma, têm sido incentivadas alternativas na área de formação de professores para o ensino de ciências e para educação nos seus diversos níveis (1º, 2º e 3º Graus). O Brasil está particularmente interessado em apresentar trabalhos sobre o assunto.

Tema 5.7/02 - Cooperação regional e internacional na esfera do ensino superior

Atividades 1, 2, 3, 4, 5 e 6 — Cooperação em matéria de ensino superior na Europa, América Latina, Ásia, Estados Árabes, África e com organizações internacionais

O Brasil está interessado em participar e contribuir no desenvolvimento das atividades propostas, para as quais dispomos de organismos específicos, como Projeto de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Superior, PADES/CAPES/SESu/MEC e outros órgãos universitários semelhantes, além das iniciativas como as licenciaturas de curta duração, e contribuições das universidades na aplicação de tecnologias educacionais. Sobre informações estatísticas e recuperação de informações há a experiência do CNPq, CAPES, SESu e universidades (bibliotecas).

Tema 5.7/03 — Maior mobilidade dos estudantes, do pessoal docente e dos pesquisadores e validação dos estudos, títulos e diplomas

Programas de participação e cooperação para o desenvolvimento

Atividades 1, 2 e 3 — Programa de participação, serviços de consultoria aos Estados-Membros e Programas Extra-Orçamentários

Enfatiza-se a importância das atividades previstas, em face do interesse do Brasil em relação a esses aspectos, na área de ensino superior.

Dentro da atividade 3, itens ii, iii, iv e v, parágrafos 1.103, 1.104, 1.105, 1.106, o ensino superior brasileiro teria especial interesse em apresentar projetos específicos.

## UNIDADE VI

OBJETIVO 5.6 - EDUCAÇÃO DE ADULTOS

OBJETIVO 5.9 - LUTA CONTRA O ANALFABETISMO

OBJETIVO 6.A - DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

## OBJETIVO 5.6 - EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Tema 5.6/01 — Contribuição para a formulação de políticas e para a criação ou fortalecimento de instituições, serviços e dispositivos nacionais de coordenação e cooperação em matéria de educação de adultos

### Atividade 1 - 4ª Conferência Internacional sobre Educação de Adultos

O MOBRAL concorda com as atividades previstas, sugerindo apenas que o levantamento dos problemas e das tendências atuais da educação de adultos seja o fruto de reuniões regionais especializadas, preparatórias da Conferência Internacional.

### Atividade 2 — A educação e as pessoas de idade

Trabalhando junto a uma população onde se agudizam os problemas decorrentes da pobreza, o MOBRAL está consciente de estar atuando junto a uma clientela extremamente diversificada, seja ao nível da tipologia de carências, seja mesmo ao nível da faixa etária. Ainda que a educação de adultos propugnada pelo MOBRAL não se restrinja ao "adulto velho", mas atue em todo um "espaço educativo" em que há significativa predominância de "adultos-jovens" (70% de participantes concentrados na faixa etária de 15 a 34 anos), o envolvimento e a interveniência dos representantes da terceira idade nos seus diversos programas são considerados como parte integrante do processo de promoção humana preconizado pela organização. O MOBRAL desenvolve a sua ação educativa a partir da comunidade, ouvindo-a e levando-a a participar ativamente do processo de promoção social do homem brasileiro, enquanto sujeito e agente de seu próprio desenvolvimento.

É nesse sentido que o MOBRAL vem desenvolvendo toda uma ação voltada para o aproveitamento e a promoção dessa faixa etária. Assim, por exemplo, o Programa de Educação Comunitária para o Trabalho — PETRA, procura promover a profissionalização das populações mais carentes do País, através do aproveitamento daqueles que dominam uma profissão e que, submetidos a um treinamento rápido, são capacitados a transmitir seus conhecimentos a outros membros da comunidade.

Sabe-se também que os grandes números da repetência e evasão que atingem as crianças matriculadas na 1. série do 1. grau podem ser amplamente minimizadas com um melhor atendimento da criança em idade pré-escolar.

A experiência adquirida pelo MOBRAL em 10 anos de atuação junto às comunidades carentes do País levou-o a iniciar um trabalho educativo junto aos adultos visando a criar formas alternativas de atendimento à criança de menos de 7 anos, tanto na linha de formação, através da transmissão direta ou indireta de conteúdos diversificados relativos à educação infantil, quanto na linha de participação, ou seja, levando os pais, as famílias e a comunidade como um todo a se sensibilizarem e mobilizarem para atuar através de esforços conjuntos junto à população em idade pré-escolar.

Aqui também, a participação dos idosos deve ser estimulada e melhor aproveitada, de vez que, como se sabe, freqüentemente são estas pessoas chamadas a auxiliar na guarda e educação dos filhos, liberando assim os pais e irmãos mais velhos para trabalharem no sustento da família.

Tema 5.6/02 — Desenvolvimento da documentação e melhoria da circulação de informações em matéria de educação de adultos

O Brasil manifesta seu total apoio quanto à importância de contatos diretos e intercâmbio de informações relativas à educação de adultos.

Tema 5.6/03 — Aperfeiçoamento dos métodos e técnicas, atividades de formação e elaboração de material didático adaptado às peculiaridades da aprendizagem do adulto

### Atividade 1 — Atividades de formação

A carência de recursos humanos especializados em educação de adultos é um dos principais fatores impeditivos para os países em desenvolvimento levarem a efeito adequadamente seus programas e projetos nessa área.

A experiência vivenciada pelo MOBRAL demonstra que a seleção e o aproveitamento de recursos humanos para atuarem na área, tanto ao nível administrativo quanto ao nível de trabalho de campo, vinculam-se à participação de técnicos sem especialização em educação de adultos, ou mesmo prática anterior.

Essa é a razão pela qual o MOBRAL considera da maior relevância a implementação de atividades sistematizadoras de formação de pessoal, sobretudo a nível universitário. A inclusão da educação de adultos nos currículos universitários ainda não é prática corrente nos países em desenvolvimento. Entretanto, se considerarmos o papel da Universidade no fortalecimento das estruturas básicas de cada país, é necessário que ela tenha acesso e participe de maneira efetiva das ações empreendidas em prol do desenvolvimento de importante parcela da população.

## Atividade 2 - Utilização dos meios de comunicação de massa

Além da utilização dos meios de comunicação de massa em programas de educação de adultos, ênfase deveria igualmente ser dada a outras tecnologias alternativas na educação de adultos, inclusive aquelas que têm sua origem na própria cultura local. É o caso da utilização, por exemplo, da literatura de cordel, do teatro popular, da própria literatura oral das populações locais para o estímulo e a transmissão de mensagens educativas. Ao mesmo tempo em que se estará valorizando toda uma cultura em fase de extinção, estar-se-á utilizando canais de comunicação e linguagens ao nível da população-alvo.

Atividade 3 — Bolsas de viagem para responsáveis pela educação de trabalhadores e pela educação cooperativista

O Brasil declara seu interesse no intercâmbio de experiências através de estágios de especialistas brasileiros em outros Estados-Membros e de estágio de especialistas estrangeiros no Brasil.

Tema 5.6/04 — Cooperação aos níveis sub-regional, regional e internacional, entre organismos de educação de adultos

Atividades 1 e 2 — O intercâmbio, aos níveis sub-regional, regional e internacional, entre organismos de educação de adultos, constitui, para o MOBRAL, atividade a ser apoiada e intensificada, com especial ênfase na cooperação entre países em desenvolvimento

A experiência do MOBRAL nesse campo vem demonstrando que este tipo de cooperação é, muitas vezes, bem mais eficaz, tendo em vista o fato de os países interessados se defrontarem com problemas similares, muitas vezes mal ou pouco conhecidos nos países desenvolvidos. Caberia a estes últimos, de um lado, favorecer, financiar o intercâmbio de especialistas de países em desenvolvimento, e, de outro lado, participar e promover pesquisas, seminários, conferências especializadas sobre temas ligados à educação de adultos, a partir de sugestões dos países em desenvolvimento, como um apoio às ações por estes últimos desenvolvidas.

Aos organismos internacionais, além de participar e promover as atividades acima mencionadas, caberia usar de seu prestígio e saber intelectual e científico para incitar os governos e autoridades nacionais a dedicarem à educação de adultos a atenção e o apoio de que ela tanto precisa.

## **OBJETIVO 5.9 - LUTA CONTRA O ANALFABETISMO**

Tema 5.9/01 — Melhor conhecimento do problema do analfabetismo com o objetivo de buscar soluções mais adequadas à sua eliminação

### Atividade 1 — Coleta de dados e estudos sobre o analfabetismo

O MOBRAL detém considerável experiência nesse campo, razão pela qual, inclusive, foi-lhe solicitado recentemente pela própria UNESCO contribuir para um estudo sobre as grandes campanhas de alfabetização do século XX destinado a fornecer subsídios para países que ainda estão à procura das estratégias mais adequadas para a luta contra o analfabetismo.

A ênfase no estreitamento da generalização do ensino primário e a alfabetização de adultos, bem como na integração dessas campanhas e experiências em programas de desenvolvimento e sua associação ao trabalho produtivo, vem ao encontro das propostas de trabalho do MOBRAL e dos princípios filosóficos que fundamentam toda a sua ação. Tanto as estratégias quanto a formação de recursos humanos e a elaboração de material de alfabetização e pós-alfabetização a qualquer nível que sejam, não podem estar desvinculadas da idéia de educação permanente e de um processo que leve em conta as características, anseios e necessidades da comunidade em que ela deverá ocorrer.

### Atividade 2 — Difusão e intercâmbio de informações, documentação e material sobre alfabetização

No que se refere à difusão e intercâmbio de informações relativas à alfabetização recomenda o MOBRAL que as atividades do Instituto de Educação da UNESCO, sediado em Hamburgo, sejam estimuladas, não somente em termos de educação de adultos, mas também em termos de alfabetização.

Tema 5.9/02 — Contribuição para estratégias de execução dos programas nacionais de alfabetização e pós-alfabetização

#### Atividade 1 — Formulação de estratégias em matéria de alfabetização

Recomenda o MOBRAL que o MEC preste apoio decisivo ao IPE, cujos cursos e pesquisas, relacionados com o planejamento e administração de programas de educação de adultos e alfabetização, têm contribuído grandemente para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades desenvolvidas pelos Estados-Membros.

#### Atividade 2 — Contribuição à eliminação do analfabetismo na América Latina e Caribe

Como já foi apontado acima, considera o MOBRAL ser da maior importância a incrementação dos esforços no sentido da eliminação do analfabetismo. Ao nível da região da América Latina e Caribe, várias entidades já desenvolvem interessantes programas nesse sentido.

Vale aqui lembrar interessante experiência realizada em 1972, na Cidade de Porto Alegre, pela Comissão Municipal do MOBRAL em colaboração com a Secretaria Municipal daquela capital. Porto Alegre, principalmente em suas zonas periféricas, contava com importante contingente de pessoas, na sua grande maioria oriundas da zona rural, que fracassaram na sua alfabetização no sistema regular ou que nunca tinham tido acesso à escola. Organizaram-se, então, em 9 escolas municipais, 13 classes perfazendo um total de 260 crianças. O objetivo da experiência era determinar se um processo acelerado de alfabetização, pautado no modelo adotado pelo MOBRAL e utilizando seu material didático adaptado, poderia permitir a estas crianças ingressar na 3ª série do 1º grau. A experiência, organizada em duas etapas com uma duração total de 9 meses, produziu resultados bastante satisfatórios à medida que 70% dos concluintes da 2ª etapa foram considerados aptos para ingressar no sistema regular.

Esta experiência permitiu demonstrar que, ainda que não seja possível eliminar as causas econômicas e sociais do analfabetismo, pode-se remover as causas de ordem pedagógica do problema.

Decorridos 8 anos desde esta experiência, e levando-se em conta a experiência acumulada pelo MOBRAL inclusive no tocante à criação de outros programas enquanto respostas às necessidades apontadas pelas próprias comunidades em que atua, acredita-se que novas tentativas deveriam ser iniciadas visando ao atingimento dos objetivos propostos pela Declaração do México.

Ainda com base na experiência brasileira de alfabetização e no reconhecimento internacional que lhe é conferido, propõe-se que o Brasil se candidate a sediar a reunião regional intergovernamental prevista para 1981.

#### Atividade 3 — Promoção de programas de alfabetização

O MEC ressalta a importância da cooperação técnica com os Estados-Membros para facilitar a retenção dos conhecimentos derivados da alfabetização.

#### Atividade 4 — Cooperação com organizações não-governamentais em matéria de alfabetização e pós-alfabetização

O Brasil manifesta seu total apoio à realização desta atividade.

### Tema 5.9/03 — Apoio às atividades de formação de pessoal de alfabetização

#### Atividade 1 — Formação de pessoal de alfabetização

O MOBRAL aprova toda e qualquer atividade visando à formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a alfabetização. Considera entretanto que, à medida que a educação de adultos, da qual a alfabetização deve ser considerada um de seus componentes, for gradativamente sendo incorporada nos currículos destinados à formação de pessoal docente, seja a nível das escolas normais, institutos de educação, seja ao nível universitário, o efeito multiplicador visado por esta proposta ocorrerá de maneira bem mais sistemática e permanente.

Paralelamente, como já foi frisado anteriormente, evitaria que as organizações de educação de adultos e alfabetização despendessem boa parte de seus recursos financeiros, materiais e mesmo humanos na formação de pessoal e permitiria maior dedicação e ênfase no desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas atividades.

#### Atividade 3 — Cooperação com o Centro Regional de Educação de Adultos e Alfabetização Funcional da América Latina (CREFAL)

O MEC manifesta sua aprovação em relação ao CREFAL, enfatizando a importância de estudos e análises com vistas às metodologias adequadas à educação de adultos.

Tema 5.9/04 — Promoção da cooperação internacional para prestar apoio e financiar as atividades de alfabetização

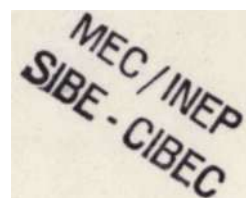
O MEC aprova na íntegra as atividades de mobilização da opinião mundial em favor da alfabetização, o fortalecimento da cooperação internacional em matéria de alfabetização.

#### **OBJETIVO 6.A - DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO**

O Brasil apoia e concorda com as atividades propostas relacionadas ao desenvolvimento rural integrado, uma vez que uma nova abordagem dos componentes educacionais, o fomento das inovações educativas, a formação de pessoal docente, a integração das ações e a adequada comunicação com a população são fatores fundamentais para um programa de desenvolvimento rural integrado.

No que se refere aos estudos sobre a função da educação, revisão de planos de estudo e contribuição da tecnologia, o Brasil ressalta a importância da perfeita sintonia entre as propostas educacionais e os modelos de desenvolvimento propostos, a fim de evitar a defasagem entre o discurso e a prática.

O Brasil sugere a inclusão, se possível, de atividades relacionadas à educação não-formal e participação comunitária, considerando a relevância dessas áreas em qualquer programa que vise ao desenvolvimento rural integrado.



UNIDADE XXI

OBJETIVO 3.5 - PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL

OBJETIVO 3.6 - CRIATIVIDADE ARTÍSTICA E INTELECTUAL

OBJETIVO 10.1 - SERVIÇOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO  
(VER UNIDADE III)

## OBJETIVO 3.5 - PARTICIPAÇÃO NA VIDA CULTURAL

### Tema 3.5/01 - Promoção das políticas culturais

#### Atividade 1 — Conferência intergovernamental sobre as políticas culturais

O Ministério da Educação e Cultura, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, manifesta interesse em participar da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais em 1982, participando inclusive das reuniões preparatórias da citada conferência.

#### Atividade 2 — Métodos e técnicas de participação na vida cultural

O MEC declara-se interessado nos estudos sobre democratização dos instrumentos e meios de ação cultural. A SE AC/MEC está desenvolvendo o projeto "Cultura através da Educação", cuja experiência-piloto em São Luís do Maranhão, voltada para o desenvolvimento cultural, adequando a escola à cultura da comunidade, poderá ser analisada na perspectiva da integração cultural, comunicação e educação.

#### Atividade 3 — Serviços de apoio às atividades culturais endógenas

O Brasil declara-se interessado na organização de serviços culturais com apoio técnico e financeiro da UNESCO, enfatizando a importância da cooperação técnica entre os Estados-Membros.

### Tema 3.5/02 — Dimensão Cultural do Desenvolvimento

#### Atividade 1 — Desenvolvimento cultural e desenvolvimento científico e tecnológico

O MEC confere importância central à realização de estudos sobre as relações entre cultura, ciência e tecnologia. O MEC, através de sua Secretaria de Assuntos Culturais, interessa-se em participar das comissões de estudo, visto que o desenvolvimento cultural é prioridade do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto.

#### Atividade 2 — Fundamentos culturais da nova ordem econômica internacional

O Brasil apoia a realização desta atividade através de participação efetiva da SEAC/MEC nas comissões de estudos, uma vez que o MEC está trabalhando no sentido de incluir o componente cultural no planejamento global de desenvolvimento.

#### Atividade 3 — Economia, planejamento e financiamento do desenvolvimento cultural

O MEC declara-se interessado nos estudos previstos nesta atividade, reafirmando a importância do estudo da economia do desenvolvimento cultural, a busca de melhores instrumentos e métodos de planejamento na área da cultura e os estudos sobre financiamento do desenvolvimento cultural.

### Tema 3.5/03 — Formação de pessoal para o desenvolvimento cultural

#### . . Atividade 1 — Programas e métodos de formação de pessoal

O Brasil apoia a realização desta atividade, destacando a importância da formação de pessoal de nível médio e elementar para a área cultural (p. ex. eletricista de teatro; pedreiro para restauração de bens imóveis), bem como a formação de técnicos e gerentes culturais, não só através de cursos intensivos, mas também de cursos regulares. A SEAC/MEC vem desenvolvendo estudos, prioritariamente, para a formação de pessoal da área cultural nesses níveis.

#### Atividade 2 — Cursos e seminários

O MEC manifesta seu apoio à Reunião Internacional de Planejamento e Programação do Desenvolvimento Cultural, sugerindo aproveitamento dos cursos da UNESCO na Escola Interamericana de Administração Pública do Rio de Janeiro e os do CETREDE (Ceará).

#### Atividade 3 — Centros nacionais e regionais de formação

O Brasil confere importância à implantação dos Centros Regionais de Formação de Pessoal para a

Área Cultural, de acordo com a política de descentralização. O MEC ressalta, contudo, o importante papel do ensino regular, especialmente o 2º e 3º graus, na formação de especialistas para área da cultura.

Tema 4/3.5/04 — Documentação, intercâmbio de informação e publicações sobre o desenvolvimento cultural

Atividade 1 — Coleta, tratamento e difusão de dados sobre o desenvolvimento cultural

O Brasil concorda e solicita apoio às iniciativas já existentes no MEC: Fundação Pró-Memória, SEECe Centros de Documentação da FUNARTE e EMBRAFILME.

Atividade 2 — Estabelecimento e desenvolvimento de infra-estruturas

O Brasil manifesta seu interesse em contar com apoio técnico e financeiro para fortalecimento das instituições voltadas para o desenvolvimento cultural.

O MEC ressalta a importância da criação de infra-estrutura na área da cultura popular, na perspectiva do apoio ao artista enquanto trabalhador, no exercício de uma tarefa semelhante às demais.

Atividade 3 — Publicações sobre o desenvolvimento cultural

O Brasil confere importância à produção de material bibliográfico, manifestando o interesse da SEAC/MEC em encaminhar monografias para publicação na coleção *Políticas culturais: estudos e documentos*, bem como no boletim trimestral *Desenvolvimento Cultural*. A SEAC/MEC manifesta seu interesse na coleção de estudos e experimentos de cooperação cultural como veículo de cooperação regional entre países com experiências culturais diferentes.

Tema 3.5/05 — Desenvolvimento Cultural e Meios de Comunicação de Massa

Atividade 1 — Pesquisas sobre a indústria cultural

O Brasil declara-se interessado nos temas propostos e na participação, através da Secretaria de Assuntos Culturais e da Secretaria de Aplicações Tecnológicas, nas pesquisas, simpósio e reuniões na perspectiva de analisar as relações entre criadores, intelectuais e profissionais dos meios de comunicação de massa com a indústria cultural.

É importante destacar que a TV no Brasil não é estatal e tem a maioria de seus canais nas mãos de grupos particulares, e que o rádio ainda é o veículo de maior penetração no Brasil.

Atividade 2 — Cursos regionais de formação de pessoal dos meios de comunicação de massa

O Brasil declara-se interessado na formação de pessoal especializado, não só quanto a programas destinados às mulheres. A SEAC/MEC interessa-se pelo resultado dos projetos em desenvolvimento na África.

Atividade 3 — Serviços de consultoria e bolsas

O MEC declara-se interessado em receber apoio técnico e financeiro para a preparação de planos de estudos destinados aos cursos de Comunicação das Universidades, com vistas à formação de pessoal especializado em programas culturais.

Tema 3.5/06 - Promoção e divulgação das pesquisas sobre os livros e a cultura

Atividade 1 - Estudo sobre os problemas fundamentais do livro e da leitura

O MEC interessa-se em participar dessa atividade a nível mundial, regional e nacional, através da SEAC/INL e da FENAME, informando que estão em desenvolvimento "estudos de barateamento dos custos de produção do livro" com o objetivo de incentivar o parque gráfico nacional e a "Central de Referência do Livro", cujo objetivo é colocar em conexão autores e leitores.

Atividade 2 — O futuro do livro

O MEC confere importância central a este estudo, participando através da SEAC e da FENAME. Encontram-se em execução o Projeto de Hábitos de Leitura e o Projeto Educação e Cultura, de produção de livros para professores.

#### Atividade 3 — Promoção da literatura para crianças

O MEC apoia enfaticamente essa atividade informando que a SEAC começa a desenvolver um projeto sobre literatura infanto-juvenil. O Brasil manifesta seu interesse pela coleção *Livros sobre o livro*, bem como na implantação de centros de animação da leitura através das bibliotecas escolares e públicas.

#### Atividade 4 — Cooperação interprofissional e intercâmbio de informações

O Brasil apoia a realização das atividades propostas, reafirmando a importância das feiras e exposições, lembrando a recente Bienal do Livro realizada em São Paulo. O MEC declara-se interessado no boletim trimestral *Fomento do Livro*.

### Tema 3.5/07 — Políticas e planejamento da Promoção do Livro

#### Atividade 1 — Congresso mundial do livro

O MEC apoia, manifestando interesse em participar do Congresso Mundial do Livro em 1982. Através da SEAC e FENAME o MEC/Brasil poderá colaborar na preparação do Congresso.

#### Atividade 2 — Fortalecimento da cooperação regional

O MEC declara-se interessado em participar do intercâmbio a nível regional para a promoção do livro através da cooperação técnica entre os Estados-Membros.

#### Atividade 3 — Programas regionais de co-edição de livros baratos

O MEC interessa-se pela co-edição de livros de baixo custo, com o objetivo de aumentar a circulação entre as camadas menos favorecidas visando sobretudo o público infantil. A FENAME/MEC vem desenvolvendo estudos nessa linha.

#### Atividade 4 — Políticas nacionais de expansão do livro e fortalecimento da infra-estrutura de produção e distribuição

O MEC manifesta seu interesse na expansão do livro como parte integrante da política cultural com apoio técnico e financeiro da UNESCO no fortalecimento da infra-estrutura da produção e distribuição, seja de obras literárias, seja de obras científicas e técnicas.

### Tema 3.5/08 — Ensino e Programa de Formação de Profissionais do Livro

#### Atividades 1 e 2 — Formação do pessoal em exercício e Formação de pessoal docente

O MEC confere importância central a essas atividades reafirmando a perspectiva da cooperação técnica entre os Estados-Membros para a formação de pessoal especializado com participação da Universidade através dos cursos de Comunicação e Biblioteconomia.

#### Atividades 3 e 4 — Programas Regionais e Programas Nacionais

O MEC apoia a realização dessas atividades informando que a SEAC está desenvolvendo o Projeto de Capacitação de Recursos Humanos na área de produção do livro, além de estudos desenvolvidos pela FENAME.

### Tema 3.5/0d - Difusão Internacional de Obras Culturais

#### Atividade 1 - Tradução e publicação de obras literárias

O MEC quer enfatizar a necessidade de se traduzir maior número de obras literárias, e também técnicas, para o português, além da publicação de autores brasileiros em outros idiomas, sobretudo de jovens autores, de forma a permitir maior divulgação da literatura brasileira e ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor de autores brasileiros.

#### Atividade 2 — Difusão de traduções literárias pelos meios de comunicação

O MEC apoia a realização dessa atividade, sobretudo com a inclusão do Brasil nos catálogos: *Coleção da UNESCO de obras representativas, Programas da UNESCO de obras literárias.*

A SEAC recomenda o incentivo a publicações bilíngües de literatura brasileira. A veiculação de extratos de obras traduzidas em revistas, jornais, livros didáticos e a preparação de programas radiofônicos inspirados em obras literárias parecem ser um mecanismo importante de divulgação.

Atividades 3 e 4 — Expansão das correntes de tradução no mundo e Intercâmbio de informação sobre as traduções

No caso específico do Brasil, cuja língua oficial não é utilizada em publicações internacionais, as atividades propostas ganham maior significado, especialmente na publicação do *Index translationum*.

Atividade 5 — Difusão do conhecimento da arte

O MEC apoia a realização desta atividade, informando sobre o interesse brasileiro pelas exposições itinerantes de reprodução de obras de arte, não só como país visitado, mas como fornecedor de obras a serem reproduzidas. O MEC reafirma a importância da arte popular — artesanato, literatura de cordel — como dimensão a ser conhecida e difundida.

Atividade 6 — Difusão de arte por meio de publicações

O MEC apoia a realização desta atividade através da inclusão da arte brasileira — erudita e popular — nas publicações previstas.

### **OBJETIVO 3.6 - CRIATIVIDADE ARTÍSTICA E INTELECTUAL**

Tema 3.6/01 — Estudos, pesquisas e atividades experimentais em matéria de criação artística

Atividade 1 — Estudos e Pesquisas

A importância de estudos e pesquisas na área da criatividade é indiscutível, sobretudo quando se incorpora a dimensão da arte popular. A SEAC/MEC interessa-se pelo apoio técnico e financeiro da UNESCO para o desenvolvimento de estudos e pesquisa na universidade, inclusive para modernização dos cursos de Belas-Artes.

Atividade 2 — Laboratórios Experimentais

O MEC declara-se interessado no desenvolvimento dessa atividade, sobretudo na educação escolar, através de laboratórios de teatro, música e artes plásticas. A formação de docentes, ou o treinamento especial de professores de 1º grau para desenvolvimento dessa atividade, deverá enfatizar o uso da arte como instrumento de liberdade e criatividade.

Tema 3.6/02 — Colaboração com a comunidade internacional de artistas e suas organizações profissionais

Atividade 1 — Cooperação com as organizações internacionais não-governamentais. Embora o documento não apresente informações suficientes quanto a esta atividade o MEC informa que o SNT, a FUNARTE, a EMBRAFILME e demais órgãos vinculados à SEAC estão atuando na linha de atendimento às bases, considerando as necessidades dos artistas e da arte, erudita e popular.

Atividade 2 — Condição artística

O MEC ressalta nessa atividade a problemática do artista popular, pouco valorizado em termos nacionais e internacionais. É importante enfatizar que o conceito de cultura popular ultrapassa a dimensão folclórica, abrangendo entre outros o vestuário, a habitação, a alimentação e a farmacopéia como integrantes da identidade cultural das comunidades. A SEAC/MEC está preocupada não só com o registro das atividades artísticas tradicionais, mas sobretudo com a sua preservação dinâmica. Recomenda-se o reconhecimento do artista popular ou erudito, como trabalhador, no exercício de uma tarefa semelhante às dos demais trabalhadores.

Tema 3.6/03 — Desenvolvimento dos contatos e intercâmbios a serviço da criação artística

Atividades 1, 2, 3 e 4 — Conservação e promoção das artes do espetáculo, da música, da literatura e do cinema

O MEC interessa-se em participar dessas atividades, sobretudo no que se refere a estudos e desenvolvimento da tradição oral. Com base nas ações de apoio à cultura popular —teatro, dança, música, literatura e cinema - já iniciadas pela SEAC, através do SNT, da FUNARTE e da EMBRAFILME.

Ha' interesse em incluir material brasileiro nas coleções musicais editadas pela UNESCO, como também o cinema brasileiro na "História Mundial do Cinema".

#### Atividade 5 — A criatividade artística dos deficientes físicos e mentais

O MEC interessa-se pela formação de animadores nos diferentes setores artísticos e deseja participar através do CENESP das reuniões e trabalhos práticos sobre teatro, dança e música popular no documento com vistas ao atendimento de deficientes físicos e mentais.

UNIDADE XXII

OBJETIVO 7.6 - CONSERVAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
CULTURAL E NATURAL

## OBJETIVO 7.6 - CONSERVAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

### ORIENTAÇÃO PARA A DELEGAÇÃO - POSIÇÃO DA SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA

#### RECOMENDAÇÕES GERAIS

##### *Apoiar e incentivar:*

- a idéia da abordagem pluridisciplinar e intersetorial para os diversos objetivos e temas, cuidando para que haja equilíbrio entre reflexão e ação;
- a prática da não-dispersão de atividades, evitando a conseqüente disseminação dos limitados recursos disponíveis;
- objetivos e temas que busquem explorar novas dimensões e exigências do conhecimento e da divulgação de tecnologias endógenas;
- objetivos e temas que tratem da dimensão cultural do desenvolvimento;
- objetivos e temas que levem em consideração os valores sócio-culturais próprios de cada sociedade;
- a ampliação da prática de projetos integrados que englobem regiões e/ou países e incentivem a cooperação técnica horizontal;
- o entendimento da Comunicação como a forma de devolver o resultado das pesquisas, estudos e ações, especialmente às comunidades diretamente envolvidas;
- a divulgação e o acesso às informações disponíveis sobre estudos e ações realizadas ou em realização nos diversos Estados-Membros;
- a montagem e a divulgação de cadastro de recursos humanos de alta qualificação nas diversas áreas do conhecimento;
- a descentralização das atividades da UNESCO através de reforço e expansão de suas Representações Regionais e do apoio permanente a entidades que atuem em sua área de competência;
- a idéia do custeio de consultorias de técnicos nacionais em seus próprios países, sempre e quando o nível de competência individual for reconhecido, balanceada com a política de movimentação de especialistas de outras nacionalidades;
- objetivos e temas que venham reforçar a "Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea" aprovada pela Conferência Geral de Nairobi, em 26 de novembro de 1976.

#### RECOMENDAÇÕES ESPECIFICAS

##### *Apoiar, especialmente:*

- |                                     |           |             |                      |
|-------------------------------------|-----------|-------------|----------------------|
| • <i>Educação</i>                   | Objetivo  | 4.4         |                      |
|                                     | Objetivo  | 5.3         | Tema 01              |
|                                     | Objetivo  | 7.7         |                      |
|                                     | Objetivo  | 10.1        |                      |
| • <i>Ciências Exatas e Naturais</i> |           |             |                      |
|                                     | Objetivos | 4.1 e 4.4   | Temas <b>01</b> e 02 |
|                                     | Objetivo  | 4.3         | Tema 06              |
|                                     | Objetivo  | 7.5         | Tema 02              |
|                                     | Objetivo  | 7.6         | Temas 02 e 06        |
|                                     | Objetivo  | 7.7         | Tema 02              |
| • <i>Ciências Sociais</i>           |           |             |                      |
|                                     | Objetivo  | 3.3         | Tema 01              |
|                                     | Objetivo  | <b>10.1</b> | Tema 04              |
|                                     | Objetivos | 3.1/3.2     | Temas <b>01</b> e 02 |
|                                     | Objetivo  | 3/6.A       | Tema 01              |
|                                     | Objetivo  | 4.1         | Tema 02              |
|                                     | Objetivo  | 3.4         | Tema 03              |
|                                     | Objetivo  | 7.5         | Temas 01, 04 c       |
|                                     | Objetivo  | 8.1         | Tema 01              |

- *Cultura e Comunicação*

Objetivo	1.1	Tema 03
Objetivo	1.2	Temas 01, 03 e 04
Objetivo	3.5	Temas 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07
Objetivo	3.6	Temas 01 e 03
Objetivo	7.6	Temas 01, 02, 03 e 04